

Luciana Aliaga, em apenas 4 breves capítulos se mostrou capaz, em síntese brilhante, de expor e localizar o pensamento de Gramsci. Logo se percebe a importância de Maquiavel na formulação de Gramsci. Essencial é Maquiavel para pensar a política como ciência teórica e prática, como filosofia da práxis, para pensar a direção política revolucionária e a função dos intelectuais. Com Maquiavel, mas também com Marx, Gramsci compreende que a história não é um processo evolutivo como se apresenta na natureza, mas um processo vivo, no qual o protagonismo das massas é decisivo, não só na sua inserção no processo produtivo, mas também como portadora de uma visão de mundo que ganha materialidade, uma filologia vivente. O tema da filologia vivente e da filosofia da práxis definem o que é ciência e o que é ideologia para Gramsci e demarca a grande diferença em relação ao marxismo vulgar ou mecanicista que predominava no seu tempo. O Gramsci muito jovem é um sardista, um amante da singularidade da Sardenha, mas logo amplia a sua perspectiva para a questão meridional. Quando já em Turim, uma cidade industrial, Gramsci é um socialista meridionalista, posição marginal no PSI, que em boa medida havia aderido ao pacto com a burguesia industrial em detrimento do campesinato do Sul. Para Gramsci logo apareceu com clareza que a revolução italiana só poderia se concretizar por meio da aliança entre o proletariado industrial do Norte e o campesinato meridional. Essa concepção política acompanhou Gramsci por toda a vida e exigiu uma reflexão das mais elaboradas em torno da categoria de hegemonia e de Estado integral. Luciana Aliaga, também aqui, mostra a novidade do pensamento gramsciano relativa a essas categorias teóricas tão importantes para a definição da estratégia política das classes subalternas. Tanto hegemonia, como Estado integral e ainda partido revolucionário, Gramsci tem em Lenin uma referência fundamental, mas não única. Sorel e Rosa Luxemburg tem também incidência expressiva no pensamento político de Gramsci, tanto para a reflexão sobre os grupos subalternos como para o desenvolvimento da consciência crítica revolucionária que constrói a nova hegemonia, o novo Estado, o novo bloco histórico, que nos fatos é a construção da fase socialista do processo de emancipação da humanidade.

MARCOS DEL ROIO



DO SUL AO NORTE uma introdução a Gramsci

Luciana Aliaga

Luciana Aliaga

DO SUL AO NORTE

uma introdução a Gramsci

**DO SUL AO NORTE:
uma introdução a Gramsci**

Luciana Aliaga

https://lutasanticapital.com.br/products/pdf-do-sul-ao-norte-uma-introducao-a-gramsci-1?_pos=1&_sid=36a548ea0&_ss=r

Luciana Aliaga

**DO SUL AO NORTE:
uma introdução a Gramsci**

1ª edição

LUTAS ANTICAPITAL

Marília/SP – 2021

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Hideyshi Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Claudia Sabia (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Êdi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Capa: Mariana da Rocha Corrêa Silva

Impressão: Renovagraf

A398d Aliaga, Luciana.
Do sul ao norte: Uma introdução a Gramsci / Luciana Aliaga – Marília : Lutas Anticapital, 2021.
199 p. : il.
Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86620-72-6

1. Gramsci, Antonio – 1891-1937. 2. Filosofia & política. 3. Marxismo (Socialismo). 4. Revoluções e socialismo. I. Título.

CDD 335.4

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno
CBR 8/8211 FFC – UNESP – Marília

1ª edição: outubro de 2021

Editora Lutas Anticapital

Marília –SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

***Às minhas alunas e alunos,
no presente e no futuro.***

Sumário

Nota.....	9
Prefácio <i>Marcos Del Roio</i>	15
Introdução Bio-Bibliográfica.....	23

Parte I

Filosofia da Práxis: Fundadores e Fundamentos

1. Maquiavel e Marx.....	35
2. Filosofia da Práxis.....	43
3. Ciência e Filologia.....	53
4. Ciência e Ideologia.....	57
5. Filologia Vivente.....	65

Parte II

Hegemonia, Subalternidade e Estado Integral

1. A Questão Meridional.....	71
2. Meridionização do Estado.....	83
3. Hegemonia.....	93
4. As fontes do conceito de hegemonia.....	97
5. Estado Integral.....	107

Parte III
Os Intelectuais e o Moderno Príncipe

1. A “questão política” dos intelectuais.....	115
2. Os Intelectuais e as classes sociais.....	121
3. Os intelectuais e o Moderno Príncipe.....	127
4. Filosofia, política e história.....	135

Parte IV
Revolução Passiva e Desenvolvimento
Capitalista

1. As revoluções passivas.....	145
2. O impulso internacional na periferia.....	149
3. Temporalidades e espacialidades.....	155
4. O protagonismo dos intelectuais.....	159
5. Crise orgânica e fascismo.....	165

Quase Uma Conclusão.....	173
Para Começar a Ler Gramsci.....	177
Bibliografia.....	179
Sobre a autora.....	195
Posfácio <i>Giovanni Semeraro</i>	197

Nota

Ao que tudo indica, as fundações materiais da vida humana na terra nos levaram a um ponto de crise histórica. O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de agosto de 2021 demonstrou cientificamente que a humanidade corre um sério risco de enfrentar graves problemas ambientais nas próximas décadas, se forem mantidos os padrões de produção e consumo capitalistas atuais.

Pesquisas têm mostrado o aumento da temperatura do planeta, mas em especial de algumas regiões, intensificação de furacões, geadas inesperadas em algumas regiões, crise hídrica, desertificação de regiões, dentre tantas outras.

António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas deu a seguinte afirmação recentemente: o relatório do IPCC de agosto de 2021 é “um código vermelho para a humanidade”, com uma evidência irrefutável: as emissões de gases a partir da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento estão sufocando o planeta e colocando bilhões de pessoas em risco.

Guterres afirmou também que o relatório “deve soar como uma sentença de morte para os combustíveis fósseis, antes que destruam o planeta”. O presidente da ONU pediu ação imediata para cortes profundos das emissões dos poluentes, já que sem isso, não será possível limitar o aquecimento da temperatura global a 1.5 °C.

O relatório do IPCC foi socializado num ano bastante complicado, pois estamos vivenciando a pandemia do coronavírus e no caso brasileiro, uma gestão criminosa da pandemia por Bolsonaro.

Por sua vez, o diretor executivo da agência de assistência alimentar da Organização das Nações Unidas (ONU), David Beasley, afirmou em 2020 que a pandemia do novo coronavírus está causando fome generalizada “de proporções bíblicas” por todo mundo. Beasley pediu que governantes ajam antes que centenas de milhões passem fome em pouco tempo. “Não estamos falando de pessoas que vão dormir com fome. Estamos falando de condições extremas, situação de emergência. Pessoas literalmente marchando à beira da fome. Se não conseguirmos comida para as pessoas, as pessoas vão morrer”, afirmou o diretor ao jornal inglês The Guardian.

Ao que tudo indica, as respostas dos governos a pandemia têm sido muito aquêm das necessidades humanitárias e obviamente as grandes corporações transnacionais não estão muito interessadas em soluções radicais para os graves problemas socioambientais criados pelo avanço destrutivo do capital.

Preparados para este novo ciclo de lutas sociais, onde vai vigorar um longo período de resistência histórica, a Editora Lutas anticapital e nós – coordenadores do Curso Técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, com ênfase em agroecologia e agrofloresta, nos colocamos contra o desmonte da nação, lutamos pela redemocratização do país e nos comprometemos a publicar livros de qualidade acessíveis ao público brasileiro, que tem “sede” de conhecimento crítico.

O curso é fruto de uma demanda dos movimentos sociais do campo tendo em vista a escolarização e qualificação da população dentro de um projeto de reforma agrária popular e agroecológica.

Somos partidários do estudo da história na perspectiva materialista e dialética. Temos partido, o partido da ciência e somos comprometidos com as lutas emancipatórias da classe trabalhadora, tendo em vista a construção de uma sociedade de produtores livremente associados.

Combatendo novamente nas trevas, optamos por convidar algumas autoras e autores a se pronunciar sobre diversos temas candentes que serão imprescindíveis para as alunas, os alunos e demais interessados na compreensão da realidade brasileira e mundial.

Planejamos uma série de Livros de Bolso, de caráter introdutório. Já publicamos “Sobre o óbvio” de Darcy Ribeiro, “Quem é o povo no Brasil?”, de Nelson Werneck Sodré, “A conspiração contra a escola pública”, de Florestan Fernandes, “Exército Nacional Libanês”, de Karime Cheaito e “A cidadania burguesa e os limites da democracia” de Claudia Bernava Aguillar, “Autogestão Comunal”, de Claudio Nascimento, “Educação profissional: crise e precarização”, de Deribaldo Santos, “A tragédia educacional brasileira no século XX: diálogos com Florestan Fernandes” de Henrique Tahan Novaes e de Julio Hideyshi Okumura, “As guerras mundiais” de Lincoln Secco.

Foram publicados também “A revolução chinesa – até onde vai a força do dragão” de José Rodrigues Mao Jr e Lincoln Secco, “Sobre Economia”, de Theo Lubliner e “Cultivar Afetos, derrotar as violências: as mulheres do campo e a construção de novas sociabilidades”, de Adriana Rodrigues Novais, Atiliana Vicente Brunetto, Editha Lisbet Julca Gonza, Kelli Cristine de

Oliveira Mafort, Lizandra Guedes, Lucineia Miranda de Freitas e Renata Menezes da Silva

O Livro de Bolso “Do sul ao norte: introdução a Gramsci”, de Luciana Aliaga contribui com nosso propósito à medida em que convida leitoras e leitores iniciantes a navegar na obra de um dos maiores intelectuais do século XX: Antonio Gramsci. A escrita agradável de Aliaga – a quem gostaríamos de agradecer publicamente por ter aceitado nosso convite – permite aos jovens que estão dando seus primeiros passos na formação político-intelectual apreender conceitos gramscianos bem como a vida-obra do autor no seu contexto histórico. *Buona lettura!*

Marília e Iaras, 8 de outubro de 2021

*Angelo Diogo Mazin, Daniela Bittencourt Blum,
Henrique Tahan Novaes, João Henrique Pires,
Joice Aparecida Lopes e Rogerio Gomes*

Coordenadores do Curso Técnico em Agropecuária,
com ênfase em agroecologia e agrofloresta,
integrado ao ensino médio
Escola de Educação Popular Rosa Luxemburgo
Convênio UNESP - Centro Paula Souza –
Pronera- Inkra

*Bruno Michel da Costa Mercurio,
Claudia Maria Bernava Aguillar,
Luiz Roman, Natalia Dorini de Oliveira e
Theo Lubliner*

Produtores de Material Didático do Curso Técnico em
Agropecuária integrado ao Ensino Médio, com
ênfase em agroecologia e agrofloresta

Prefácio

É sabido da dificuldade e mesmo o risco que representa o mergulho na obra de Gramsci, em particular nos seus *Cadernos do Cárcere*. Gramsci reinventou e criou uma nova terminologia móvel, como é a dialética, capaz de compreender o mundo dos homens e de instigar a sua transformação em direção a uma “*nuova civiltà*”, na qual a humanidade pudesse se ver livre da exploração do trabalho e encontrasse as condições para o pleno desenvolvimento cultural. Nota-se então como os objetivos de Gramsci coincidem com Marx e também com outros grandes pensadores dessa matriz política e filosófica.

Assim como Marx, Engels, Rosa, Lenin, também Gramsci produz sob forte influxo cultural do seu meio, da história da Itália, de alguns de seus notáveis intelectuais do passado, como Maquiavel, ou do seu tempo, como Labriola e Croce. Com esse cabedal, Gramsci mostrou todas as condições para dialogar com os mais importantes intelectuais da contemporaneidade e fazer uma inflexão e um salto na tradição

iniciada com Marx, que havia sofrido intrusões da ideologia burguesa, nas variantes positivistas e neokantianas, e assim se “vulgarizado”, mesmo que bastante mais difundido.

O salto referido foi o de resgatar o pensamento de Marx ao modo de uma filosofia da práxis, uma filosofia que se vincula ao trabalho, ao processo de transformação do real pela atividade do homem, na qual conhecer significa transformar. A complexidade da obra de Gramsci sempre arrisca afastar leitores que são indispensáveis, aqueles que se postam claramente em favor da superação da vigente barbárie gerada pela acumulação do capital e pelas ideologias que lhe dão sustentação.

Por isso tudo é que um pequeno livro que apresente o núcleo do pensamento de Gramsci e que o vincule à realidade histórica do Brasil é tão importante. Um pequeno livro que auxilie jovens intelectuais em formação, na Universidade ou em organizações sociais e políticas, a enfrentar o desafio de conhecer Gramsci e com ele aprender em meio a luta pela liberdade da humanidade escravizada pelo capital e seus monstros.

Esse pequeno livro, tão necessário, encontra-se agora em mãos do leitor por iniciativa da editora Lutas Anticapital e pela capacidade de Luciana Aliaga no enfrentamento dessa difícil missão de apresentar o complexo mundo intelectual e político de Gramsci a um

público corajoso, que abre agora a fresta que dá ingresso a essa sala iluminada que é a obra do grande revolucionário sardo/italiano/ europeu/ universal.

Luciana Aliaga, em apenas 4 breves capítulos se mostrou capaz, em síntese brilhante, de expor e localizar o pensamento de Gramsci. Logo se percebe a importância de Maquiavel na formulação de Gramsci. Essencial é Maquiavel para pensar a política como ciência teórica e prática, como filosofia da práxis, para pensar a direção política revolucionária e a função dos intelectuais. Com Maquiavel, mas também com Marx, Gramsci compreende que a história não é um processo evolutivo como se apresenta na natureza, mas um processo vivo, no qual o protagonismo das massas é decisivo, não só na sua inserção no processo produtivo, mas também como portadora de uma visão de mundo que ganha materialidade, uma filologia vivente. O tema da filologia vivente e da filosofia da práxis definem o que é ciência e o que é ideologia para Gramsci e demarca a grande diferença em relação ao marxismo vulgar ou mecanicista que predominava no seu tempo.

O Gramsci muito jovem é um sardista, um amante da singularidade da Sardenha, mas logo amplia a sua perspectiva para a questão meridional. Quando já em Turim, uma cidade industrial, Gramsci é um socialista meridiona-

lista, posição marginal no PSI, que em boa medida havia aderido ao pacto com a burguesia industrial em detrimento do campesinato do Sul. Para Gramsci logo apareceu com clareza que a revolução italiana só poderia se concretizar por meio da aliança entre o proletariado industrial do Norte e o campesinato meridional.

Essa concepção política acompanhou Gramsci por toda a vida e exigiu uma reflexão das mais elaboradas em torno da categoria de hegemonia e de Estado integral. Lucina Aliaga, também aqui, mostra a novidade do pensamento gramsciano relativa a essas categorias teóricas tão importantes para a definição da estratégia política das classes subalternas. Tanto hegemonia, como Estado integral e ainda partido revolucionário, Gramsci tem em Lenin uma referência fundamental, mas não única. Sorel e Rosa Luxemburg tem também incidência expressiva no pensamento político de Gramsci, tanto para a reflexão sobre os grupos subalternos como para o desenvolvimento da consciência crítica revolucionária que constrói a nova hegemonia, o novo Estado, o novo bloco histórico, que nos fatos é a construção da fase socialista do processo de emancipação da humanidade.

De novo Maquiavel mostra-se decisivo para essa reflexão. A interpretação de Gramsci de que uma vontade coletiva se explicita no momento em que constrói e demanda uma direção política é da maior importância para se pensar a questão da hegemonia e da fundação do novo Estado. Esse é o movimento que deve realizar as classes subalternas para deixar de sê-lo. O movimento da classe é progressivo na medida em que constitui instituições próprias, embriões do novo Estado integral, coordenadas e centralizadas pelo partido revolucionário, que se revela como o Príncipe Moderno, como o portador do mito da emancipação do trabalho, capaz de mobilizar e organizar as massas para objetivos intermediários.

No decorrer dessa exposição, Luciana Aliaga coloca em primeiro plano outra grande inovação da obra de Gramsci, que é a questão dos intelectuais. Esse tema foi tratado de maneira muito marginal na produção marxista e para Gramsci seria essa uma questão essencial. Ao ampliar o significado da categoria de intelectual, Gramsci pode apreender como os grandes intelectuais importavam para difundir a hegemonia de uma classe, pois eram esses a configurar uma visão de mundo que seria constitutiva da própria classe, mas que se difundiria por uma massa de intelectuais práticos, na administração pública, no

gerenciamento da produção. Seriam esses intelectuais orgânicos, já que organicamente ligados a reprodução da vida social em conformidade com a necessidade da acumulação do capital.

No envolver do enfrentamento entre as classes geradas pela acumulação do capital, a fim de alcançar a sua emancipação, a classe operária, como núcleo avançado das classes subalternas, caberia forjar os seus próprios intelectuais orgânicos, originados de seu meio, formados em suas instituições sociais e políticas, capazes de incorporar outros intelectuais que abraçassem a causa da emancipação do trabalho. Nesse meio deveria se desenvolver a filosofia da práxis cuja instituição superior seria o Príncipe Moderno, um intelectual coletivo capaz de aprender com as massas, capaz de educar e organizar as massas, capaz de conduzir as massas na luta de classes e na construção de uma nova hegemonia. O Príncipe Moderno articula intelectuais e massas e expressa uma vontade coletiva.

O último capítulo dessa introdução a Gramsci, disponível na melhor hora ao leitor, trata, em grande ampliação de horizontes, dos processos de difusão e reorganização do capitalismo, no centro e na periferia, para utilizar a linguagem de hoje. A categoria de revolução passiva é que se apresenta para

esclarecer esses processos. Gramsci parte do *Risorgimento* italiano e passa pela Restauração na França na análise do século XIX e de como o capitalismo se difunde e se consolida, mas depois, no século XX, observa como o capitalismo se reorganiza por meio do fascismo e por meio do americanismo/fordismo.

Luciana Aliaga mostra como as revoluções passivas podem ocorrer em outros espaços e com diversa temporalidade. O Brasil é um exemplo possível de revolução passiva que incorporou aspectos do *Risorgimento* e do fascismo. De grande importância é reconhecer que as revoluções passivas são muito devedoras de mudanças na cena internacional que ocorrem como expressão do desenvolvimento capitalista. A revolução passiva se caracteriza pela reorganização da dominação de classe, como forma de manter as classes subalternas nessa condição. O papel e a posição dos intelectuais da classe dominante de destacada importância nesse processo, por estarem mais próximos dos centros de poder e terem possibilidade de implantar projetos e de difundir ideologias. A revolução passiva pode ser uma resposta das classes dominantes a uma situação de crise orgânica e de risco de eclosão de uma revolução popular jacobina.

Uma das grandes virtudes desse pequeno livro é o de mostrar a atualidade de Gramsci para a compreensão/transformação da realidade brasileira e latino-americana. Com essa demonstração Luciana Aliaga conclama à luta, afinal a única previsão segura que se pode fazer.

Boa leitura.

Marcos Del Roio

Marília, agosto de 2021

Introdução Bio-Bibliográfica

Antonio Gramsci nasceu no Sul da Itália, em Ales, província de Cagliari, na Sardenha, no dia 22 de janeiro de 1891. Mudou-se para Turim, no Norte da Itália, em 1911, onde viveu até 1921. Entre 1922 e 1923 morou em Moscou, onde exerceu a função de representante italiano no Comitê Executivo da Internacional Comunista¹. Em 1924 foi eleito deputado pelo distrito do Vêneto e mudou-se para Roma. A despeito de possuir imunidade parlamentar foi preso em 1926 pela polícia fascista. Permaneceu encarcerado entre 1926 e 1937. Morreu em Roma, no dia 27 de abril de 1937 de derrame

¹ A história das internacionais começa com a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) fundada em Londres em 1864 sob a liderança de Marx e Engels, reunindo entidades operárias de toda a Europa. Ela dissolveu-se em 1876, depois da derrota da Comuna de Paris. A II Internacional (internacional socialista) foi fundada em 1889 em Paris pelos partidos socialistas organizados segundo o modelo do Partido Social Democrata alemão. A III Internacional (internacional comunista) foi fundada por Lênin em 1919, na Rússia, e existiu até 1943.

cerebral, aos 46 anos, apenas dois dias após ser libertado do cárcere.

O pequeno Nino, como era chamado quando criança, tinha a saúde frágil e sofria de uma deformação na coluna, provavelmente devido a uma tuberculose óssea. Isso não o impediu, contudo, de trabalhar, estudar e militar. O primeiro contato de Gramsci com o socialismo ocorreu aos 14 anos, por meio do jornal *Avanti*, órgão de imprensa central do Partido Socialista Italiano (PSI), que o irmão Genaro enviava de Turim, onde prestava o serviço militar. Aos 20 anos Gramsci se mudou para Turim, para estudar Filologia Moderna na Faculdade de Filosofia e Letras na *Università degli studi* de Turim. Aos 22 anos se tornou militante do PSI e, posteriormente, aos 24 anos, redator do *Avanti*, onde atuou entre 1915 e 1920. A partir de então desenvolveu uma intensa atividade editorial nos jornais do PSI e depois no Partido Comunista da Itália (PCd'I), que ele ajudou a fundar em janeiro de 1921.

Os textos do período entre 1910 até 1926, hoje chamados de “*Escritos pré-carcerários*”, reúnem, sobretudo, artigos da imprensa socialista e comunista. Eles foram agregados em diferentes edições póstumas publicadas na Itália e depois traduzidos para diferentes idiomas. Um dos mais importantes periódicos desse período foi *L'Ordine Nuovo* (em

português, *A Nova ordem*), que iniciou como uma publicação semanal de cultura socialista, sob a iniciativa de Gramsci e de mais três amigos socialistas: Palmiro Togliatti, Umberto Terracini e Angelo Tasca. Fundado em 1919, *L'Ordine Nuovo* existiu como semanário entre 1919 e 1920. A partir de 1921 se tornou diário, órgão do PCd'I.

O grupo que se reunia no *L'Ordine Nuovo* teve um papel muito importante entre 1919 e 1920 no chamado *biennio rosso* (*biênio vermelho*), que foi um período de greves e manifestações operárias nos grandes centros industriais da Itália, culminação de uma crise que se arrastava desde o final da Primeira Guerra Mundial, isto é, desde 1917, pelo menos. Ademais, essas manifestações foram crescentemente politizadas pelas notícias vindas da Rússia, acerca da revolução bolchevique, cuja influência foi igualmente importante para as mobilizações sociais e para a produção intelectual de Gramsci nesse período. Em 1921, com a derrota das mobilizações do *biennio rosso* e diante da crise do PSI, Gramsci participou da fundação do PCd'I, do qual se tornou secretário geral em 1924. Seu último escrito antes de ser preso foi *Alguns temas da Questão Meridional* (1926).

A *Questão Meridional* trata da relação entre cidade e campo, entre o Norte e o Sul da

Itália, incorporando também a análise dos entraves históricos, políticos e culturais que impediam a aliança entre operários e camponeses. Esses problemas, que permeiam toda a reflexão, extrapolam os limites da análise específica sobre a realidade italiana e dizem respeito também às discussões desenvolvidas no interior da Internacional Comunista. O centro dos debates se referia então à importância e necessidade da ampliação da base social dos partidos comunistas europeus, que deveriam tornar-se partidos de massa por meio da tática de frente única e da aliança operário-camponesa (cf. DEL ROIO, 2019). As reflexões mais aprofundadas de Gramsci sobre a aliança operário-camponesa encontram, portanto, uma primeira sistematização nesse texto e se desenvolveram no cárcere, especialmente a partir da formulação do conceito de hegemonia.

Tendo sido preso em novembro de 1926, Gramsci passou por prisões em Nápoles, Palermo, na Ilha de Ústica e em Milão antes de receber a sentença de 04 de junho de 1928, que deveria, de acordo com as palavras do promotor Michele Igrò, “por vinte anos impedir seu cérebro de funcionar” (cf. Gerratana, 2007, p. LXIII). Frustrando, contudo, as expectativas do ministério público italiano, em janeiro de 1929, Gramsci obteve permissão para escrever na prisão de Turim, sua morada até novembro de

1933, quando foi transferido ao cárcere de Civitavecchia. Em 08 de fevereiro de 1929 iniciou as primeiras notas que foram reunidas e publicadas após sua morte sob o título *Cadernos do Cárcere*.

Enquanto esteve na prisão, Gramsci escreveu 33 cadernos, 4 de tradução e 29 cadernos compostos por notas de temas variados. Além dessas notas, no cárcere, Gramsci produziu também um volume significativo de cartas, hoje reunidas nas *Cartas do Cárcere* (1926-1937), que revelam, além de questões pessoais e familiares, esboços de temas de estudo, reflexões políticas, conceituais e de método.

Sob a iniciativa do PCd'I, as obras de Gramsci começaram a ser editadas entre 1947 e 1951. Foram traduzidas em diferentes línguas a partir do final dos anos 1950, começando pela Argentina, também sob direção do partido comunista (PCA) e em seguida no Brasil (1966-1968), igualmente pelo partido comunista (PCB). No entanto, essas primeiras traduções, que no Brasil foram organizadas pela Editora Civilização Brasileira com base nas edições italianas, consistiam em recortes do conjunto de notas do cárcere, feitos a partir do agrupamento por temas homogêneos, em volumes independentes, que acabavam por anular a historicidade da produção das notas do cárcere, dando a

impressão de que se tratava de obras acabadas, publicadas pelo próprio autor, e não de um conjunto de notas, de caráter aberto e inacabado. Além disso, inseriam prefácios que ligavam organicamente o pensamento gramsciano ao de Stalin e tornavam Gramsci, ao mesmo tempo, o filósofo da cultura e mártir da luta antifascista². No Brasil, contudo, essas edições alcançaram escassa difusão principalmente em função da repressão aprofundada pelo Ato Institucional n.º.5 da ditadura militar, em 1968, circulando apenas nas esferas de influência do PCB.

Em 1975, veio a público a edição crítica dos *Cadernos do Cárcere*, organizada por Valentino Gerratana, publicada na Itália pela Editora Einaudi, em 4 volumes. A nova edição disponibilizou os 29 cadernos de notas em sequência cronológica, distinguindo as notas de primeira redação (que seriam reescritas em outros cadernos), notas de única redação (que não foram copiadas em outros cadernos) e as notas reelaboradas (que Gramsci reescrevia em novos cadernos, agrupando temas e revisando a escrita). (cf GERRATANA, 2007, p. XXXVI). Por

² Sobre os “usos e abusos” do pensamento de Gramsci no Brasil cf. Dias, 1994 e 1996; ver também Bianchi, 2008. Sobre a recepção de Gramsci no Brasil consultar ALIAGA, MARANHÃO, 2020.

esta razão, somente essa edição crítica possibilitou a percepção do ritmo do pensamento do autor no momento da escrita das notas do cárcere e, conseqüentemente, maiores possibilidades de pesquisa e aprofundamento no conhecimento da obra.

Em decorrência, a edição Gerratana permitiu também uma sensível melhora na bibliografia disponível ao leitor brasileiro com o surgimento de uma nova tradução dos *Cadernos* para o português, publicada em 6 volumes entre 1999-2002, pela Civilização Brasileira. A tradução dirigida por Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sergio Henriques não disponibilizou todas as notas do cárcere (apenas as notas de única redação e aquelas reescritas), mas melhorou muito a apresentação do material, eliminando as interferências interpretativas dos PC's.

Está em curso atualmente um novo projeto editorial para publicação integral das obras do autor, a *Edição nacional dos escritos de Antonio Gramsci*, que foi concebido a partir de uma inovadora geração de estudos filológicos, cuja atenção se voltou para a interpretação e contextualização rigorosas do léxico gramsciano. Entre as produções que expressam o primeiro estágio desses estudos está o *Dicionário Gramsciano* (2009) traduzido para o português pela Editora Boitempo em 2017, que se dedica à

definição dos principais conceitos formulados no cárcere: hegemonia, sociedade civil, intelectuais, Estado integral, bloco histórico, subalternidade, entre outros.

Há também um projeto da *International Gramsci Society Brasil* (IGS-Br) em andamento, que se propõe a traduzir a edição crítica Gerratana em sua integralidade para o português. Esperamos para os próximos anos, portanto, um maior e melhor volume de material bibliográfico disponível para os estudos gramscianos no Brasil.

Em *Do Sul ao Norte: uma Introdução a Gramsci* buscamos apresentar o pensamento de Gramsci a partir da sua própria trajetória de vida: do Sul, sua terra natal, ao Norte, seu destino militante. A biografia individual do autor coincide, assim, com os dilemas da *questão meridional* e da luta dos subalternos na construção de uma nova hegemonia, reflexões e necessidades históricas que estiveram permanentemente no centro das preocupações do autor. Destarte, nosso objetivo se concentrou em apresentar os principais conceitos do cárcere de forma mais clara e acessível possível para leitores dentro e fora da academia, sem, contudo, perder a profundidade e a complexidade necessárias para a abordagem de conceitos fundamentais para a compreensão do nosso contexto político passado e presente. Como base

para nosso estudo utilizamos a edição crítica Gerratana (cf. GRAMSCI, 2007). Para facilitar a busca das notas em qualquer edição, citaremos o texto utilizando a letra “Q” (*Quaderni*), seguida do parágrafo e da página de referência. Esperamos ter nos aproximado do nosso objetivo, sabendo, contudo, que o estudo de qualquer autor, do presente ou do passado, é sempre uma tarefa coletiva e contínua.

Boa leitura!

Parte I.

Filosofia da Práxis: Fundadores e Fundamentos

1.

Maquiavel e Marx

Antonio Gramsci formulou seus conceitos nos *Cadernos do Cárcere* a partir do diálogo com uma grande diversidade de obras, autores e acontecimentos históricos. No entanto, a atenção dispensada e a valorização dada às diferentes obras que compõem essa extensa bibliografia foi desigual, isto é, alguns autores se tornaram sólidos fundamentos desse edifício teórico. Assim ocorreu com Karl Marx e com Nicolau Maquiavel.

Na nota *Maquiavel: Elementos de Política* registrada nos *Cadernos do Cárcere* em fevereiro de 1933, Gramsci chamou a atenção para o fato de que o elemento fundamental a ser lembrado é que “existem realmente governantes e governados, dirigentes e dirigidos. Toda ciência e arte política se baseiam sobre este fato primordial, irreduzível (em certas condições gerais)” (cf. Q. 15, §4, p. 1752).

Em outros termos, a existência histórica da separação entre indivíduos que governam e a grande massa de governados é uma realidade política e um dos componentes básicos do

pensamento de Maquiavel, que constitui para Gramsci o elemento mais fundamental da ciência e da prática política. A análise da permanência histórica de um contraste entre uma elite governante (ou de uma classe política) e a grande massa desorganizada e passiva de governados consiste, assim, no ponto nodal não apenas do diálogo crítico entre Gramsci e a teoria das elites de G. Mosca, V. Pareto e R. Michels, mas, de modo geral, da crítica da cultura elitista italiana da primeira metade do século XX (cf. ALIAGA, 2017, FERNANDES, 2014).

A ciência política de Gramsci, portanto, é declaradamente devedora do pensamento de Maquiavel, contudo, é também resultado da crítica e, em certa medida, da assimilação e superação da filosofia de seu tempo. Não se pode dizer, no entanto, que a leitura gramsciana de Maquiavel seja convencional ou literal, pelo contrário, é possível afirmar que o pensamento do autor é “atualizado” por Gramsci, de forma que aparece nos *Cadernos* profundamente entrelaçado aos temas e problemas políticos das primeiras décadas do século XX, postos, sobretudo por Karl Marx, pelo marxismo e pelo movimento socialista.

No cárcere, diante da crise teórica e prática causada pela falência da iniciativa revolucionária no Ocidente, Gramsci recorreu a Maquiavel em busca de contribuições para a

renovação do marxismo (cf. DONZELLI, 1981). Para Gramsci, Maquiavel representava o ponto mais alto alcançado pela ciência burguesa sobre o terreno do estudo e da descrição dos mecanismos que historicamente conduziram à mudança política, das regras para a fundação de um “principado novo”. Neste sentido, a teoria política de Maquiavel poderia contribuir para superar a crise de realização que o socialismo estava atravessando, isto é, a tarefa de criação de um novo Estado aparecia então não impossível, como demonstrara a concretização da Revolução Russa, mas certamente seria um trabalho que requereria um suplemento de reflexão.

Para Gramsci, Maquiavel era um homem de seu tempo e, como tal, impunha-se a necessidade de “atualização” de seu pensamento. O autor insistia na afirmação de que a crítica marxista sobre o pensamento de Maquiavel alcançaria bons resultados teóricos e práticos na medida em que possibilitasse a superação da concepção de natureza humana fixa e imutável. Especialmente em *O Príncipe*, Maquiavel (2015, p. 74) apontou certas paixões, tais como ingratidão, dissimulação, cobiça, ambição, covardia, entre outras, como componentes da natureza humana. Em outros termos, para Maquiavel o comportamento político poderia ser analisado a partir de determinadas caracterís-

ticas permanentes e regulares, pertencentes a sua natureza e, portanto, imutáveis³. Em grande medida o pensamento político italiano do início do século XX não havia ainda historicizado a obra do autor e carregou consigo essa perspectiva de natureza humana, resultando, principalmente no âmbito da sociologia, em sistemas teóricos deterministas e aderentes aos modelos das ciências naturais (cf. ALIAGA, 2017).

Deste modo, com o intuito de ler Maquiavel como um homem de seu tempo e ao mesmo tempo recuperar os elementos de atualidade, Gramsci articulou o pensamento do secretário florentino ao marxismo. Na nota do Q. 4, § 8, de maio de 1930, sob o título *Maquiavel e Marx*, o autor afirma que “a inovação fundamental introduzida por Marx na ciência política e histórica em confronto com Maquiavel é a demonstração que não existe uma ‘natureza humana’ fixa e imutável” (p. 430-431). Esta superação desloca o foco da análise política maquiaveliana, isto é, a natureza humana já não pode mais ser fonte de explicações causais de

³ A perspectiva negativa sobre a natureza humana ou, pode-se dizer, o pessimismo antropológico é um dos traços do realismo político que pode ser observado também na obra de Hobbes. Para uma discussão mais detida sobre o assunto, consultar ALIAGA, 2014.

fenômenos políticos porque na “história moderna o ‘indivíduo’ histórico-político não é o indivíduo ‘biológico’, mas o grupo social” (Q. 6, §10, p. 690), de forma que o conhecimento das realidades políticas encontra nas relações sociais de força seu objeto central. Gramsci evidenciou, assim, a objetividade do pensamento de Maquiavel, sobretudo porquanto definiu a política “como atividade independente e autônoma, que possui seus próprios princípios e suas leis diversas daquelas da moral e da religião em geral”.

Contudo, essa objetividade não está destacada de um programa de ação, isto é, Maquiavel estaria interessado pelo “dever ser e não apenas pelo ser” (cf. Q. 13, § 16, p. 1577). Como fica evidente, a aproximação entre Marx e Maquiavel foi estabelecida por Gramsci justamente em virtude desse caráter objetivo que se uniu a um programa de ação, isto é, de ciência das realidades políticas, que, pela sua objetividade, pode ser utilizada tanto por “reacionários quanto por democráticos” (cf. Q. 4, § 8, p. 431), mas que serve, sobretudo, a classe revolucionária. O pensamento de Maquiavel, portanto, parece revelar de forma mais clara seus elementos progressivos quando submetido à filosofia da práxis, isto é, quando combinado com Marx.

De acordo com Leonardo Paggi (1984, p. 387) encontram-se nos *Cadernos* duas vias de análise do pensamento de Maquiavel: 1. uma pesquisa sobre a interpretação marxista da obra de Maquiavel; 2. a tradução para o Marxismo de alguns conceitos presentes na obra de Maquiavel. De forma que se constitui uma tradução entre Marx e Maquiavel em via de mão dupla, isto é, de um lado a apropriação dos conceitos de Maquiavel para o marxismo – e para o movimento socialista –, de outro, a contribuição de Marx para a “atualização” do pensamento de Maquiavel. O nexu Maquiavel-política conduz a historicização da política porquanto tanto em sua ciência quanto em sua arte, Maquiavel precisa ser entendido como "um homem da sua época", isto é, portador de uma "arte política" que "representa a filosofia de seu tempo" (Q. 1, § 10, p. 9).

A tradução entre Marx e Maquiavel em via de mão dupla forneceu a Gramsci, portanto, os elementos fundamentais da filosofia da práxis, em especial para a formulação do conceito de hegemonia, a partir do qual o autor reformulará o problema histórico da divisão entre governantes e governados. Deste modo, sob os olhos da crítica gramsciana, não se pode falar em uma divisão permanente e estática entre governantes e governados porque a política é definida pelas relações de forças, que mudam de

acordo com a capacidade de organização das classes sociais. Entende-se, assim, que a massa não é passiva por características próprias, “naturais”, mas por mecanismos ideológicos, culturais, políticos e econômicos de apassivamento, reproduzidos ao longo da história. Ao criticar e historicizar a “passividade”, lendo-a na chave da “hegemonia-subalteridade”, Gramsci retirou o debate do âmbito da “natureza humana” trazendo-o para a esfera das relações sociais de forças, tornando possível, assim, o movimento histórico para além da eterna repetição e reiteração da ordem vigente.

O realismo de Maquiavel experimentou, de tal modo, uma complexificação porquanto Gramsci foi além da “tradicional análise que via na obra de Maquiavel, especialmente em *O Príncipe*, uma reflexão sobre a política como ela é e percebia, nesse texto, uma reflexão articulada a respeito do ser e do dever ser da política”⁴. É preciso notar, contudo, que a ciência e a arte política nos *Cadernos* se encontram na articulação não apenas entre o binômio Marx-Maquiavel, mas também na articulação Croce-Marx ou, melhor dizendo, Maquiavel-Croce-Marx. Além disso, a discussão das relações complexas entre política e ciência, fundamentais para a constituição da filosofia da práxis como

⁴ Sobre o tema consultar A. BIANCHI, 2008.

uma concepção de mundo revolucionária, perpassam também a crítica ao positivismo da II e III Internacionais, cujo melhor expoente era N. Bukharin. Passaremos a discutir esses temas a seguir.

2.

Filosofia da Práxis

A partir do estudo do pensamento de Maquiavel, Gramsci conceituou a política em dois sentidos: como atividade autônoma e independente, com leis próprias – o que torna possível a ciência da política – e como arte política, isto é, como prática política concreta. A formulação da autonomia da política, com princípios e leis diversos da moral e da religião para Gramsci, assim como para o filósofo neoidealista Benedetto Croce, inicia-se com Maquiavel, isto é, essa ideia consiste num desenvolvimento do pensamento de Maquiavel elaborado primeiramente por Croce e aceito por Gramsci nos *Cadernos* (cf. Q. 13, § 20, p. 1600). A autonomia da política em relação à moral ou a qualquer elemento de transcendência, pode-se dizer, a laicidade da política, constitui-se em elemento fundamental para a fundação da política como ciência na medida em que torna possível um julgamento orientado pela objetividade, isto é, pela busca do conhecimento objetivo dos fatos.

O filósofo napolitano, de orientação neoidealista, Benedetto Croce, foi um dos grandes interlocutores críticos de Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, a quem o autor dedicou um caderno inteiro (Q. 10). Isso se deve não apenas à grande influência de Croce na cultura italiana, mas também pela sua notável valorização do elemento ético-político, que, segundo Gramsci, teria sido essencial para chamar sua atenção para a necessidade do consenso na constituição da hegemonia cultural. Por outro lado, Croce permanecia também como um modelo de intelectual organizador da cultura liberal europeia da primeira metade do século XX. Em outros termos, o pensamento e o comportamento político de Croce, ainda que conservador e elitista, trouxeram a lume a função não apenas cultural dos intelectuais, mas, sobretudo, a sua função política na organização do Estado (cf. Q. 10, p. 1211)⁵.

Croce, contudo, precisava ser confrontado por Gramsci também na esfera da filosofia e da ciência na medida em que o autor cindia gravemente a teoria e a prática em sua *Filosofia do Espírito*. O filósofo napolitano operou não apenas uma separação entre a esfera política e a esfera ético-política, mas também uma distinção entre a filosofia política e a ciência

⁵ Sobre este tema conferir também D'ORSI, 2002.

empírica da política. Deste modo, Croce cindiu as relações entre o campo da experiência e o campo do pensamento e da teoria, operando uma “leitura antimaquiaveliana de Maquiavel”, afastando a política em ato da reflexão a respeito das práticas políticas e separando arbitrariamente as esferas da filosofia e da política (cf. BIANCHI, 2007).

Essa perspectiva era diametralmente oposta à de Gramsci. Nos *Cadernos*, o estudo da política a partir de Maquiavel se deveu justamente ao seu duplo aspecto, isto é, como ciência da política e como arte política, que define a política concreta, isto é, a afirmação da unidade orgânica entre a filosofia, ou a teoria, e a prática política. De modo que Maquiavel tornou-se o “técnico da política”, isto é, aquele que interpretou a política de um ponto de vista realista, científico, sem, contudo, deixar de ser também o “político integral em ato” (cf. Q. 8, §1, p. 936). Gramsci, assim, chamou a atenção para o profundo nexo que se estabeleceu na política – já em Maquiavel – entre as esferas da teoria e da prática. Desse modo, a política de Maquiavel aparece nos *Cadernos* como uma “ciência-ação revolucionária”, assemelhada, nesse sentido, à filosofia da práxis na medida em que ambas estariam voltadas para a fundação de um novo tipo de Estado (cf. MARTELLI, 1996).

A mobilização dos elementos mais fundamentais da política nos *Cadernos*, como é a separação histórica entre governantes e governados, passa, portanto, pela definição de ciência e arte política a partir do diálogo com Maquiavel, Marx e Croce. Contudo, para Gramsci, a política possui muitas outras dimensões teóricas e práticas, entre as quais estão aquelas compostas pelas relações complexas entre a realidade objetiva e a percepção subjetiva dela. Nesse sentido, com o intuito de levar adiante o projeto de renovação do marxismo, ou, pode-se dizer, de formulação da filosofia da práxis como uma filosofia de massas, capaz de fornecer instrumentos para que as classes subalternas construíssem sua própria hegemonia, era preciso superar determinadas perspectivas anacrônicas e conservadoras no interior do próprio marxismo. Para isso Gramsci empreendeu um importante diálogo com um dos mais destacados intelectuais da Internacional Comunista: Nikolai Bukharin, a quem dedicou o *Caderno* 11.

Bukharin pretendia escrever um manual de sociologia “para os operários desejosos de se iniciarem nas teorias marxistas” com o intuito de suprir a falta de “uma exposição sistemática” do marxismo (BUKHARIN, s/d, p. 7). Desse modo, o autor abriu o seu *Tratado de Materialismo Histórico* (que Gramsci chamou de *Ensaio*

popular de sociologia) com uma discussão sobre a “importância prática das Ciências Sociais”, colocando a lume “o caráter de classe das ciências sociais”, defendendo, assim, uma “ciência proletária” que se definiria como uma “sociologia marxista”. A ideia de uma “sociologia marxista”, contudo, seria uma contradição em termos e algo irrealizável na leitura gramsciana porquanto a sociologia positivista e o marxismo baseavam-se em lógicas diametralmente opostas.

Diferente da dialética, a lógica formal exclui o movimento, a própria mudança, o salto qualitativo e a produção do novo porquanto “implica uma relação de causa e efeito, tal que o efeito já está inteiramente contido na causa” de modo que “o efeito mecanicamente, jamais pode superar a causa ou o sistema de causas; por isso, não pode haver outro desenvolvimento que não aquele monótono e vulgar do evolucionismo” (Q. 11, § 14, p. 1403; cf. também MARTELLI, 1996, p. 70). Por meio da polêmica com Bukharin, Gramsci operou, assim, uma aguda crítica ao materialismo vulgar presente nas formulações teóricas do grupo dirigente soviético. Nesse movimento ele reinterpreta o materialismo histórico em termos de filosofia da práxis. Em outros termos, as críticas ao *Ensaio popular* podem ser interpretadas como o esforço de definição do que “não deve ser e do que

poderia ser a filosofia da práxis” (CATONE, 2008, p. 91).

De acordo com o autor, o termo materialismo na Europa da primeira metade do sec. XIX serviu para definir “toda doutrina filosófica que excluísse a transcendência do domínio do pensamento e, conseqüentemente [...] não só o panteísmo e o imanentismo, mas também foi chamada de materialismo qualquer atitude prática inspirada no realismo político”. Da mesma forma, a partir das polêmicas modernas dos católicos, o termo materialismo passou a ser compreendido como o oposto de espiritualismo, mais especificamente, de espiritualismo religioso. Por esta razão foram incluídos no materialismo “todo hegelianismo e a filosofia clássica alemã em geral, bem como o sensualismo e o iluminismo franceses”. De forma que “nos termos do senso comum, chama-se de materialismo tudo o que tende a encontrar nesta terra, e não no paraíso, a finalidade da vida” (Q. 11, § 16, p. 1408-1409).

Diante disto, urge discutir o significado do materialismo histórico uma vez que a “nova filosofia” não poderia coincidir com “nenhum sistema do passado”, não importando “qual fosse seu nome”. Em outros termos, o materialismo histórico não poderia ser tomado como materialismo tradicional revisto e corrigido pela dialética, que foi também erroneamente conside-

rada um capítulo da lógica formal, “e não como sendo ela mesma uma lógica, ou seja, uma teoria do conhecimento” (idem, p. 1410).

Um dos grandes problemas do *Ensaio* de Bukharin residia na separação entre ciência e filosofia, isto é, o problema era a reprodução dos esquemas das ciências naturais e do positivismo. Três problemas são deduzidos desta separação entre ciência e filosofia no interior do marxismo: 1. a filosofia da práxis amputada de seu amparo em uma concepção científica que lhe seja própria, passava a depender de métodos que lhe eram externos e, portanto, perdia a autonomia; 2. a filosofia destacada da teoria da história e da política não poderia ser uma filosofia com conteúdo concreto, “prático”, reduzindo-se a metafísica; 3. Não seria possível que a ciência do materialismo histórico fosse a sociologia na medida em que esta possuía uma base metodológica anistórica e antidialética, o que tornaria impossível conceber a “superação, a subversão da práxis” (Q. 11, § 14, p. 1403).

O positivismo do *Ensaio*, segundo Gramsci, implicava, portanto, a eliminação de qualquer possibilidade de superação das oposições, ou seja, a sua base na lógica formal não admitia a contradição e isto implicava a não superação da ordem vigente, ou, pode-se dizer, na negação do movimento de transformação histórica. Em outros termos, a inadequação da

lógica formal, aristotélica, aplicada a um objeto contraditório – a sociedade capitalista – tinha como resultado a negação da “subversão da práxis”, expressão retirada das marxianas *Teses sobre Feuerbach*.

A interpretação gramsciana das *Teses* se realizou por meio de Antonio Labriola, um dos mais notáveis marxistas italianos, a partir do qual Gramsci assimilou a expressão “filosofia da práxis”. Labriola possuía uma “concepção total da práxis”, “ao mesmo tempo anti-idealista e antipositivista, centrada sobre a categoria trabalho” (MARTELLI, 1996, p. 24-15). O autor se contrapunha tanto ao reducionismo do idealismo – na medida em que este considera as coisas empiricamente existentes como reflexo, reprodução, imitação ou consequência de um pensamento – como ao reducionismo do “materialismo naturalista” e positivista – para o qual, ao contrário, o pensamento consistia no reflexo reprodutivo das coisas. Sua proposta – através das *Teses* – era a de fundamentar a unidade entre teoria e prática sobre a categoria de trabalho, operosidade, “experimento” (idem, p. 24).

As *Teses sobre Feuerbach* não apenas são citadas nos *Cadernos*, mas também “indicadas como depositárias do núcleo da ‘nova filosofia’, isto é, da superação do idealismo-espiritualismo e do materialismo vulgar no

conceito de ‘práxis’” (FROSINI, 2012, p. 61). Mais que isto, filosofia da práxis define o sentido geral do marxismo de Gramsci, ou como afirma Frosini, da leitura de Marx a partir de uma tradição italiana. Assim, Gramsci – fundado nas *Teses*, bem como na interpretação labriolana destas – reinterpreta o materialismo em termos de “prática” ou “práxis”.

No Q. 10II, § 31, p. 1271 Gramsci explicitou o significado da filosofia da práxis: uma sólida organicidade entre teoria e prática realizada por meio da nova filosofia como produtora de “uma moral adequada”. Gramsci formulou a concepção de filosofia da práxis, assim, na crítica tanto ao revisionismo idealista de Croce quanto ao materialismo positivista de Bukharin. Essa construção teórica, contudo, superou o objeto da crítica, assimilando seus elementos progressivos, como é o conceito de religião laica de Croce, que define a religião como “uma concepção de mundo (uma filosofia) com uma norma de conduta adequada” (idem). Sob esse prisma, tornou-se possível compreender o sentido da interpretação de Gramsci da *XI Tese* de Marx – “os filósofos apenas interpretaram o mundo de várias maneiras, trata-se agora de transformá-lo”. Para o autor esta proposição não pode ser entendida como um repúdio a qualquer filosofia, ou como suplantação desta pela prática, ao contrário, a filosofia marxista, ou

mais especificamente, a filosofia da práxis consiste numa “enérgica afirmação de uma unidade entre teoria e prática” (idem).

3.

Ciência e Filologia

Na nota *O conceito de “ciência”* (Q. 11, § 15, p. 1403), Gramsci desenvolveu uma crítica à noção de ciência entendida exclusivamente como uma “pesquisa de leis, de linhas constantes, regulares e uniformes”. Para o autor, esta metodologia elaborada para as ciências naturais não seria totalmente adequada às ciências históricas (Ciências Humanas). O autor insistia que “toda investigação tem o seu método determinado” que “desenvolveu-se e foi elaborado conjuntamente ao desenvolvimento e à elaboração daquela determinada investigação e ciência, formando com ela um todo único” (*idem*, p. 1404). Em suma, não há um “método tipo”, que serviria para todas as ciências.

Obviamente, Gramsci está dialogando com a sociologia positivista nascida no Sec. XIX, com August Comte⁶, que era então bastante

⁶ August Comte (1798-1857) lançou as bases da Sociologia como disciplina científica a partir da publicação do *Curso de filosofia positiva*, em seis volumes, entre 1830 e 1842. Posteriormente em 1848 foi renomeada como *Sistema de filosofia*

influyente na teoria política, principalmente nas correntes marxistas da II e da III Internacionais. O objeto mais imediato de sua crítica aqui, como dissemos acima, é o *Ensaio popular* de Nikolai Bukharin. A “ciência proletária” ou a “sociologia marxista”, na medida em que assimilava o positivismo das ciências naturais, assumia sua maneira “ingênua e pueril” de resolver o problema prático da previsibilidade histórica. Essa “deformação” da perspectiva científica obrigava a ciência a prever o futuro da sociedade, daí sua necessidade de buscar a “causa primeira” ou a “causa das causas” (cf. Q 11, §15, p. 1403-1404). Para Gramsci, ao contrário, seria “possível prever ‘cientificamente’ apenas a luta, mas não os momentos concretos dela” (*idem*). Desse modo, embora a estatística e os métodos quantitativos de modo geral forneçam elementos da realidade, revelem de fato relações concretas do momento presente, é preciso considerar suas

positiva. Para Comte: “a nova teoria da sociedade”, “positiva”, “deveria ensinar os homens a aceitar a ordem existente, deixando de lado sua negação” (MARTINS, 1991, p. 28). Deste modo, para o autor era necessário conhecer as leis imutáveis da vida social, separando-se de discussões políticas, que não pertenciam ao campo da ciência. A questão da liberdade, igualdade e justiça – tema dos pensadores do século XVII e XVIII deveriam, assim, sair da agenda de pesquisa (cf. *idem*).

limitações, bem como o papel das ideologias na composição do real.

Apartadas da análise histórica e crítica, os métodos quantitativistas expressam um quadro estático dessa realidade, um recorte momentâneo dela, uma fotografia daquele instante. Diante disto, Gramsci então chama a atenção para a íntima relação entre ciência, cultura e ação política, colocando em oposição direta “filologia” e “positivismo”, ou “método filológico” e “método positivista”. Na nota Q. 7, § (6), intitulada II “*Ensaio popular e a sociologia*” (composta em nov. de 1930, retomada no Q.11), Gramsci afirma:

A "filologia" é a expressão metodológica da importância dos fatos particulares entendidos como "individualidade" definida e especificada. Este método é contrastado com o dos "grandes números" ou "estatísticas", emprestados das ciências naturais ou pelo menos de algumas delas. Mas não foi suficientemente observado que a *lei dos "grandes números" pode ser aplicada à história e à política apenas enquanto as grandes massas da população permanecerem passivas* – em respeito às questões que interessam ao historiador ou ao político – ou se supõe que permanecem passivas (Q. 7, §6, p. 856, grifos nossos).

Importante perceber, nesse sentido, que a indicação metodológica do autor é pelo “estudo filológico”. Mas qual seria a diferença entre esse tipo de estudo e os métodos “emprestados” das ciências naturais? O que são “as leis dos grandes números”?

4. **Ciência e Ideologia**

A Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política foram institucionalizadas – a partir de processos diversos, mas concomitantes e entrecruzados – como disciplinas autônomas na Europa do séc. XIX. Nesse período, essas disciplinas desenvolveram teorias e métodos ancorados no positivismo e na sociedade capitalista em desenvolvimento, fornecendo, portanto, um quadro explicativo dentro daquela realidade fenomênica. Os números da ciência positivista revelavam, portanto, a situação presente nos quadros da ordem. Por essa razão, elas cumpriram – e pode-se dizer que ainda cumprem – um importante papel político de cristalização de concepções úteis a ordem capitalista: como a ideia de que as massas não se organizam e de que a política é atividade exclusiva das elites. Concepções que acabaram por se tornar verdades incontestáveis, especialmente no seio da Ciência Política, em certa medida válidas ainda hoje.

Por esse motivo, quando as massas saíram da passividade, como, por exemplo, no

Brasil em 2013, com grandes mobilizações sociais⁷ os cientistas sociais se viram em apuros, já que “a lei dos ‘grandes números’ pode ser aplicada à história e à política apenas enquanto as grandes massas da população permanecerem passivas”. Desse modo, novamente a filosofia da práxis deu sinais de sua atualidade e importância teórica e política. Gramsci advertiu para o fato de que as forças antagônicas em contínuo movimento na história são sempre irreduzíveis a quantidades fixas, uma vez que no terreno da ação humana a quantidade se transforma continuamente em qualidade (Q. 7, §12, p. 861).

Aqui reside a diferença fundamental entre os dados das ciências naturais, que em grande medida são quantificáveis, matematisáveis, isto é, são passíveis de leis estatísticas, e os dados das ciências humanas, cujo caráter é contingente, qualitativo, em suma, pertencem ao reino da liberdade humana. Nesse sentido, a única possibilidade de previsão histórica é o “próprio esforço voluntário” a partir do qual “contribui-se concretamente para criar o resultado previsto”. Em outras palavras, “a previsão revela-se, portanto, não como ato científico de conhecimento, mas como expressão

⁷ Sobre isso ver Anderson 2020; Miguel 2019; Rocha 2019

abstrata do esforço que se faz, o modo prático de criar a vontade coletiva” (*idem*, p. 862). Por essa razão, o método histórico deve sempre partir da concretude para a abstração, da particularidade histórica para a generalização conceitual.

No âmbito das ciências históricas é preciso considerar, portanto, que as ideologias, a vontade e a ação humana constituem parte da realidade efetiva, isto é, de acordo com a leitura gramsciana de Maquiavel, a realidade concreta é composta pelo “ser” (pelos fatos passíveis de serem conhecidos pela experiência e pela ciência) em sua relação complexa com o “dever ser” (com os projetos políticos e com as ideologias em movimento em um tempo histórico). Gramsci, assim, borra as definições estanques entre a ciência, a filosofia e as ideologias. A filosofia foi definida nos *Cadernos* como uma “concepção do mundo que representa a vida intelectual e moral [...] de todo um grupo social concebido em movimento e considerado, conseqüentemente, não apenas em seus interesses atuais e imediatos, mas também nos futuros e mediatos” (Q.10/I, §10, p. 1231). Por outro lado, a “filosofia de uma época histórica”

não é a filosofia de um ou outro filósofo, de um ou outro grupo de intelectuais, de uma ou outra fração das massas populares: é uma combinação de todos

esses elementos que culmina em uma determinada direção, na qual seu ápice torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se ‘história’ concreta e completa (integral) (Q 10/II, § 17, p. 1255).

A ideologia, por outro lado, seria “toda concepção particular dos grupos internos da classe que se propõem de ajudar a resolver problemas imediatos e restritos” (Q.10/I, §10, p. 1231). Desse modo, enquanto Marx advertiu o caráter obscurecedor e velador das ideologias, para o Gramsci a questão das ideologias é, ao contrário, propriamente aquela de caráter cognoscitivo (cf. FROSINI, 2010, p. 78). Ao ler o *Prefácio* à obra *Para a Crítica da Economia Política*, escrito por Marx em 1859, Gramsci anota: “os homens tornam-se conscientes (do conflito entre forças materiais de produção) no terreno ideológico” (Q. 11, § 64, p. 1492). Para o autor, contudo, essa consciência não se limitaria ao conflito entre as forças materiais de produção e as relações de produção, ela se refere a todo conhecimento consciente. De acordo com Frosini, esse “curto-circuito” operado por Gramsci na teoria marxiana das ideologias revela que o autor leu o *Prefácio* à luz das *Teses sobre Feuerbach*, resultando na formulação do “conceito de ideologia sobre o fundamento da

reformulação da questão da *verdade* em termos de práxis” (FROSINI, 2010, p. 79).

Com isto Gramsci propôs um novo conceito de ideologia como visão de mundo que expressa uma determinada forma concreta de vida, ou seja, por ideologia Gramsci compreendia “a verdade das posições políticas das diversas forças, fazendo delas ‘classes’ possuidoras de diferentes graus de ‘potência’ de colocar-se em relação a todas as outras de modo historicamente ativo” (*idem*, p. 79-80). A partir desse novo conceito de ideologia, Gramsci diferenciou dois modos dissimiles – embora ligados – de conduta das massas: religião e fanatismo.

O termo “religião” ou “fê” (religião laica que assimilou criticamente de Croce) se refere a uma ação integrada à filosofia de uma época histórica, isto é, o modo de proceder do homem comum da massa, seja ele das classes subalternas ou não, que age conforme uma concepção de mundo generalizada (pela classe hegemônica) e aceita como norma. Seria, assim, um elemento do senso comum (de qualquer classe) (cf. Q. 10, § 5, p. 1217; Q. 11, § 12, p. 1390).

Outra forma de procedimento é a que foi chamada de “fanatismo das massas passivas”. Diz o autor: “para as grandes massas da população governada e dirigida, a filosofia ou

religião do grupo dirigente e dos seus intelectuais apresenta-se sempre como fanatismo e superstição, como motivo ideológico próprio de uma massa servil” (Q. 10/I, §10, p. 1231). O termo fanatismo mencionado nessa nota parece apontar para o procedimento específico das classes subalternas, isto é, “das grandes massas da população governada e dirigida”, para as quais “a filosofia ou a religião do grupo dirigente e dos seus intelectuais apresenta-se sempre como fanatismo e superstição, como motivo ideológico de uma massa servil”. Em outros termos, a ideologia do grupo dominante – como concepção de mundo que se universaliza – é imposta às classes subalternas, que a acolhem passivamente, acriticamente. Fanatismo aqui tem, portanto, a conotação de uma paixão irracional, irrefletida.

Os dois casos, contudo, estão implicados nos processos histórico-políticos de hegemonia cultural, isto é, a filosofia de uma época histórica corresponde ao conjunto de elaborações filosóficas, cuja formulação hegemônica se deve a grupos mais influentes, ou seja, aos intelectuais das classes mais avançadas e importantes política e economicamente. Em outros termos, a filosofia de uma época histórica se refere à capacidade do grupo dirigente em universalizar sua visão de mundo. Nesse sentido, as ideologias, como formas vulgarizadas

da filosofia, da visão de mundo adequada à determinada classe, consiste não numa imagem invertida dos processos que se desenvolvem na estrutura, mas, pelo contrário, revelam as concepções e as crenças fundamentais das classes sociais inseridas nas relações sociais de forças na disputa pela hegemonia civil.

5. **Filologia Vivente**

Na nota do Q. 7, § (6). O *“Ensaio popular” e a Sociologia*, diz Gramsci: “a ‘filologia’ é a expressão metodológica da importância dos fatos particulares entendidos como ‘individualidade’ definida e especificada” (Q. 7, §6, p. 856). A Filologia na concepção de Gramsci indica, portanto, a importância de conceber a história em seu movimento complexo e contraditório, com especial atenção ao diálogo com elementos específicos da cultura em estudo. Nesta mesma nota do Q. 7 diz Gramsci,

A ação política tende precisamente a tirar as grandes multidões da passividade, isto é, a destruir a "lei" dos grandes números; como então isso pode ser considerado uma "lei"? Também neste campo é possível ver a desorganização que na arte política conduz a substituição na função diretiva do indivíduo único, do líder individual, pelo organismo coletivo: os sentimentos padronizados das massas que o "singular" conhece como expressão da lei dos grandes números, isto é,

racionalmente, intelectualmente, e que ele - se é um grande líder - traduz em ideias-força, em palavras-força, do organismo coletivo são conhecidos por "coparticipação", por "copassionalidade" e se o organismo coletivo está vitalmente inserido nas massas, conhece por experiência detalhes imediatos, com um sistema de "filologia vivente", por assim dizer (Q. 7, §6, p. 857).

A "filologia vivente" de Gramsci se refere, portanto, a uma forma de conceber a história e a política como processos vivos, em contínua transformação, da qual os indivíduos não apenas aprendem regularidades e leis pelo estudo científico, mas participam como atores do drama histórico. Deste modo, podemos parafrasear Marx (11^a. *Tese sobre Feuerbach*) afirmando que Filologia vivente significa não apenas interpretar o mundo, mas também transformá-lo. Nesse sentido, a teoria política emerge como um campo de relações sociais de forças e disputa de hegemonia num tempo histórico dado:

A filosofia de uma época histórica não é, então, outra coisa senão a "história" dessa mesma época, não é senão a massa de variações que o grupo dirigente conseguiu determinar na realidade precedente: história e filosofia são

inseparáveis nesse sentido, formam um “bloco” (Q 10/II, § 17, p. 1255).

Nessa nota, o interesse de Gramsci pela “filosofia de uma época histórica” está justamente direcionado ao conhecimento do “conjunto de opiniões que se tornaram coletivas”, isto é, o autor procura captar quais elementos culturais tornaram-se “uma força social”, ou, em outros termos, tornaram-se “história’ concreta e completa (integral)”. Uma vez que as concepções de mundo se tornam normas para a ação coletiva e, portanto, história concreta, evidentemente, a ativação política das massas com vistas à construção da hegemonia dos grupos subalternos passa pela disputa das concepções de mundo e pela formulação de ideologias. Esse elemento é fundamental para análise do que hoje chamamos de crise da democracia, que, em termos gramscianos consiste em uma crise de autoridade ou crise da hegemonia liberal-burguesa, que é precisamente uma crise das convicções, da fé que se depositava na democracia liberal. Essa erosão do consenso democrático se torna possível diante da debilidade dos governos liberais (ou, melhor dizendo, da incapacidade do neoliberalismo em resolver crises, na medida em que ele mesmo é um causador de crises), na incapacidade, portanto, dos governos neoliberais em oferecer

saída para a crise estrutural do capital que deu lugar a reorganização dos grupos reacionários.

Em síntese, Gramsci, inspirado em Maquiavel e Marx, e em diálogo crítico com a cultura de sua época, dentro e fora do campo socialista, concebeu a realidade efetiva não como “algo estático e imóvel”, mas como “uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio”. Entendendo que não apenas que a situação presente, mas também as forças que atuam para transformá-la fazem parte da realidade concreta, incluindo, assim, as ideologias e abrangendo, então, não apenas o ser, mas também o dever ser, que é “algo concreto, ou melhor, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política” (Q. 13, § 16, p. 1578). A filosofia da práxis de Gramsci está fundada, assim, na crítica da cultura europeia vigente do séc. XX, mas principalmente no pensamento de Maquiavel e na sua “atualização” por Marx, instruída por uma filologia viva.

Parte II.

Hegemonia, Subalternidade e Estado Integral

1.

A Questão Meridional

A trajetória de vida e formação de Antonio Gramsci iniciou-se no Sul da Itália, na Sardenha, sua terra natal, e concluiu-se no Norte, em Turim, onde desenvolveu suas atividades de militância e elaboração teórica no interior do Partido Socialista Italiano (PSI) e, posteriormente, no Partido Comunista da Itália (PCd'I). Desse modo, o autor integrou em sua própria experiência o que nunca foi possível unir organicamente na história do seu país: a Itália industrial do Norte e a Itália agrária do *Mezzogiorno*. O contraste entre os padrões de desenvolvimento socioeconômico entre Norte e Sul da Itália, assim como a concentração dos centros políticos de decisão e de riqueza no Norte, consolidaram as diferenças regionais e a dominação interna no chamado *Risorgimento*, processo de unificação e constituição do Estado moderno italiano no final do século XIX. Essas disparidades regionais ficaram conhecidas como a “questão meridional” e imprimiram marcas indelévels na biografia e na obra de Gramsci.

O autor escrevia justamente o texto *Alguns temas da questão Meridional* quando foi preso pela polícia fascista em 1926. Esse manuscrito ficou perdido por alguns anos e foi publicado somente em 1930 em Paris na revista *Lo Stato Operaio* (Cf. AQUECI, 2014, p. 188). A “questão meridional” foi um tema abordado não só por Gramsci, mas também por importantes autores na Itália das décadas de 1920 e 1930. Em 1925 Guido Dorso publicou o ensaio-manifesto *A Revolução Meridional. Ensaio histórico-político sobre a luta política na Itália*. Neste texto Dorso identificava no PCd'I, principalmente devido à direção gramsciana, uma nova força política que teve o mérito de distinguir o “núcleo do problema italiano” que seria justamente a questão do desenvolvimento agrário. Segundo o autor os comunistas teriam sido “os únicos revolucionários a mobilizar as populações camponesas meridionais” (Cf. TARASCIO, 2012, p. 57).

Estas ideias provocaram debates expressivos dentro e fora da esfera socialista⁸. O

⁸ Fora da esfera socialista pode-se citar, entre outros, Luigi Sturzo, fundador do católico Partido Popular Italiano. Seu discurso feito em janeiro de 1923, *Il Mezzogiorno e la politica italiana*, teve uma nova publicação recentemente, em 2013, juntamente com o texto de A. Gramsci, *Alcuni temi della questione meridionale* (Cf. ANDREA, G. D.;

ensaio-manifesto de Dorso recebeu grande atenção e, de acordo com Giacomo Tarascio (2012, p. 56-57), teria sido – juntamente com os debates que ele próprio suscitou – o principal interlocutor de Gramsci quando escreveu *Alguns temas da questão Meridional*, um ano mais tarde. Além disto, as proposições de Dorso dividiram o campo socialista no que se referia ao papel desempenhado pelo PCd'I: por exemplo, enquanto Tommaso Fiore, socialista militante, se posicionava ao lado daqueles que entendiam a política do PCd'I como um avançado “meridionalismo democrático-revolucionário”, Carlo Rosselli, editor da revista socialista *Il Quarto Stato* criticava fortemente os comunistas turinenses e a sua “fórmula mágica: dividir o latifúndio entre proletários e camponeses” (Cf. idem, p. 58).

Num artigo publicado no *Grido del Popolo* em abril de 1916, Gramsci chamava a atenção para a análise do economista Francesco Coletti sobre a situação do Estado recém formado da Itália, segundo a qual “a unificação das regiões italianas sob um mesmo regime centralizador teria trazido consequências desastrosas para o *Mezzogiorno*” (GRAMSCI, 2014, p. 11). Isto é, a situação de pobreza e

GIASI, 2013). Para uma análise das reflexões de Sturzo cf. AQUECI, 2014, p. 180-188.

estagnação econômica, social e política das regiões do Sul da Itália com a unificação, ao invés de se resolver, se aprofundou. Enquanto na parte setentrional, desenvolvia-se uma “burguesia audaz e cheia de iniciativa”, capaz de nivelar a organização econômica da região àquela dos Estados europeus, o que tornou possível o desenvolvimento do capitalismo e da indústria, nas regiões meridionais “a burguesia não existia, a agricultura era primitiva e não bastava nem mesmo para satisfazer o mercado local, sem estradas, sem portos (...)” (*idem*).

Com a unificação da Itália, de acordo com Gramsci, as duas partes da península foram colocadas em contato íntimo, mas ao contrário dessa situação resultar em desenvolvimento para ambas, o que ocorreu – devido a “bestial centralização” –, foi a “emigração de todo dinheiro líquido do *Mezzogiorno* para o *Settentrione*”, em função da “necessidade” de que estas verbas encontrassem “maiores e mais imediatas utilidades na indústria” (*idem*, p. 12)⁹.

⁹ Como demonstra Francesco Aqueci, esta leitura gramsciana do *Mezzogiorno*, que aponta para o escoamento dos recursos do Sul para o Norte da península, encontra apoio em leituras contemporâneas ao autor, como, por exemplo, Luigi Sturzo, que chamava a atenção para o favorecimento, por meio do Estado, do capital e do trabalho industrial a partir da absorção dos

A política protecionista de produtos industriais aumentava o custo de vida dos camponeses meridionais sem que, contudo, o protecionismo sobre produtos agrícolas tivesse algum impacto significativo para as camadas mais empobrecidas, que, na sua maioria, produzia (quando produzia) apenas para o consumo (cf. *idem*, p. 13).

Um exemplo disto era o protecionismo sobre a produção de grãos, que previa a fixação do preço máximo dos grãos tendo como medida a improdutividade das terras inférteis. Este imposto deveria proteger os camponeses que não possuíam terras férteis, sobretudo os mais pobres do Sul, contudo, isso tinha pouco impacto sobre sua situação uma vez que a maior parte deles não produzia para comercialização, apenas para consumo. Mas, por outro lado, o imposto elevava os já altos ganhos dos produtores de grãos do Valle Padana – região fértil da Itália Setentrional.

De acordo com Gramsci, os monopólios criados pela guerra elevaram muito o preço dos grãos e criaram a ilusão de que “ainda que semeando na areia seria possível ganhar sempre bastante”, de modo que os produtores do Valle Padana, que não semeavam na areia, mas nas férteis e irrigadas terras da Lombardia e da

recursos do campo (Cf. AQUECI, 2014, p. 183).

Emilia especialmente, “realizavam ganhos fabulosos, que somente encontravam paralelo no sobrelucro de guerra dos industriais” (*idem*, p. 16). Esta situação, portanto, beneficiava, sobretudo, os grandes produtores rurais e industriais, sendo, entretanto, bastante desfavorável para os mais pobres, seja no campo ou na cidade. Para os operários essa era uma situação gravíssima, pois o imposto sobre grãos elevava o preço do pão, tornando mais cara e difícil a subsistência dos trabalhadores nas regiões industriais.

Contudo, clérigos e grandes proprietários rurais, em aliança, buscavam convencer o camponês de que o protecionismo sobre os grãos era feito, principalmente, em seu benefício e que era legítimo ainda que tivesse um impacto negativo sobre o custo do pão, isto é, procuravam obter a adesão dos camponeses do Sul e das ilhas para tornar legítimos os ganhos dos grandes produtores de grãos do Norte, dessa forma conseguiam criar artificialmente uma oposição entre camponeses e operários. Assim, o protecionismo na Itália se enrobusteceu porque “soube habilmente tornar antagônicos os interesses imediatos do campo e da cidade, e de uma parte da Itália contra a outra” (*idem*, p. 15).

Destarte, para Gramsci, a questão meridional tornara-se também uma questão territorial (Cf. GRAMSCI, 2014b, p. 38), isso porque criou-se na Itália uma oposição entre

Norte e Sul que se sobrepôs e velou a real oposição entre capital e trabalho, produzindo – de ambas as partes – preconceitos úteis à dominação burguesa porquanto minava as chances de organização política unitária entre camponeses e operários. O operário industrial do Norte – de acordo com Gramsci – capitulando à propaganda burguesa, acreditava que o *Mezzogiorno* seria a “bola de chumbo” que se oporia “aos mais grandiosos desenvolvimentos da economia nacional” (Cf. GRAMSCI, 2014c, p. 51).

A ideia de que os meridionais seriam biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos por natureza, assim como a convicção de que o atraso do *Mezzogiorno* não seria culpa do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas da natureza que os fez “incapazes, criminosos, bárbaros”, estavam impressas nas mentes dos operários que, evidentemente, sofriam a influência da propaganda difundida pelos órgãos de opinião pública na Itália setentrional (Cf. GRAMSCI, 2014d, p. 76). Por outro lado, o camponês do Sul enxergava o Norte da Itália como um bloco uno de inimigos de classe (Cf. GRAMSCI, 2014c, p. 51), preconceito que o mantinha cimentado às mais reacionárias lideranças meridionais e repunha reiteradamente sua condição de subalternidade.

Os camponeses meridionais tiveram que suportar, portanto, não apenas a exploração e o domínio voraz de suas elites, mas também tiveram que aceitar a responsabilidade por sua própria miséria e atraso. Esta situação não se alterou fundamentalmente com a modernização do aparelho do Estado italiano, recém-saído do processo de unificação. De acordo com Gramsci, a classe dominante italiana, quando não teve mais condições de governar a partir de uma ditadura de classe exclusivista, isto é, quando não conseguiu mais manter a dominação apenas entre uma elite restrita, sob pena de ser superada, foi obrigada a delinear uma democracia burguesa.

As opções eram as seguintes: uma “democracia rural” a partir da aliança com os camponeses meridionais, que exigiria uma política de liberdade alfandegária, de sufrágio universal, de descentralização administrativa e de baixos preços de produtos industriais; ou uma democracia orientada pelo bloco industrial capitalista-operário, sem sufrágio universal, com política de protecionismo alfandegário, manutenção da centralização estatal, acompanhados de políticas reformistas de salários e liberdade sindical. Evidentemente a segunda opção foi a escolhida (GRAMSCI, 2014d, p. 82).

Essa democracia orientada pelo “bloco industrial capitalista-operário” evidentemente

não estava aberta à participação ativa dos trabalhadores, pelo contrário, buscava incorporar os movimentos operários, os partidos populares e socialistas ao domínio burguês. O efeito mais deletério para o movimento operário e, conseqüentemente, para a construção da hegemonia das classes subalternas foi a ausência de autonomia do movimento em relação ao Estado. De acordo com Gramsci, o plano de G. Giolitti¹⁰ em sua plena aplicação tornaria o proletariado turinense inexistente enquanto classe independente, passando a existir apenas “como um apêndice do Estado burguês” (*idem*, p. 84).

A questão, então, seria rejeitar a aliança operário-burguesa e buscar unidade com os camponeses, principalmente os meridionais. Para isto importava superar tanto o corporativismo e o reformismo no seio do próprio movimento operário, quanto a atuação dos intelectuais meridionais entre os camponeses. Os intelectuais meridionais, por outro lado, pretendiam sedimentar o bloco agrário¹¹, manter

¹⁰ Giovanni Giolitti ocupou o cargo de Primeiro Ministro na Itália por um período que, no total, somam dez anos e meio, sendo seu primeiro mandato no período entre 1892 e 1893 e o último entre 1920 e 1921.

¹¹A sociedade meridional era, de acordo com Gramsci, um “grande bloco agrário” que se

o *status quo* a partir da afirmação da ideia de que os interesses dos trabalhadores do Norte seriam diversos do Sul e que, portanto, o inimigo de classe dos camponeses meridionais não seria a burguesia, rural ou industrial, mas o operariado urbano (Cf. *idem*, p. 89).

De acordo com Gramsci, ao contrário dos intelectuais industriais, cuja característica seria a inovação, a capacidade de direção e organização técnica, os intelectuais meridionais constituíam um “velho tipo”¹², isto é, um tipo presente onde as forças econômicas capitalistas não conseguiram se desenvolver ao ponto de se generalizar e, por isto, permaneceram marginais, de modo que a agricultura desempenha um

constituía de três estratos sociais: as massas camponesas; os intelectuais da pequena e média burguesia rural, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais (Cf. *idem*, p. 86). A importância dos intelectuais meridionais se expressava pela sua presença na burocracia estatal, de acordo com Gramsci, mais de 3/5 desta eram constituídos por meridionais (*idem*, p. 87).

¹² Temos aqui um esboço da conceituação do “intelectual” como dirigente político, que representa interesses de classe. Como veremos no próximo capítulo, nos *Cadernos do Cárcere* Gramsci avançará na caracterização destes intelectuais a partir do conceito de “intelectual tradicional”, em oposição aos modernos tipos de intelectuais ligados à sociedade capitalista, os “intelectuais orgânicos” (Cf. Q. 12, §1, p. 1513-1523).

papel central. Nestas formações o corpo de funcionários de Estado, composto por estes intelectuais, principalmente no âmbito local, na aldeia ou na vila rural, exercita a função de intermediação entre o camponês e a administração pública em geral. Sua atuação era complexa e difícil de caracterizar: “democrata em face aos camponeses, reacionário na face voltada ao grande proprietário e ao governo, politiqueiro, corrupto, desleal (...)” (*idem*, p. 87). Sua classe de origem, contudo, podia ser facilmente reconhecida: a burguesia rural, isto é,

“o pequeno e médio proprietário de terra que não é camponês, que não trabalha a terra, que se envergonharia de ser agricultor, mas que da pouca terra que tem, que arrenda ou negocia por meação simples, pretende retirar: do que viver convenientemente, do que mandar a universidade ou aos seminários os seus filhos, do que dar o dote às filhas que devem esposar um oficial ou um funcionário civil do Estado. Deste estrato os intelectuais recebem uma áspera aversão pelo camponês, considerado como máquina de trabalho que deve ser desmantelada até o osso e que pode ser substituída facilmente dada a superpopulação trabalhadora: absorvem também o sentimento atávico e instintivo

do medo da multidão camponesa e das suas violências destruidoras e, portanto, um hábito de hipocrisia refinada e uma refinadíssima arte de enganar e domesticar as massas camponesas” (*idem*).

Destarte, este bloco agrário atuou historicamente para manter os camponeses distantes da política, isto é, trabalharam para aparecerem como seus porta-vozes, defensores de seus interesses, contudo, sempre buscaram impedir qualquer ação autônoma ou aliança com operários urbanos, representando um bloqueio para as classes subalternas na luta pela direção política na sociedade civil. Nas palavras de Gramsci: “seu único objetivo é conservar o *status quo*”, isto é, este “monstruoso bloco agrário” cimentou o camponês meridional ao grande proprietário por meio dos intelectuais e atuou em seu conjunto como “intermediário e como sentinela do capitalismo setentrional e dos grandes bancos” (*idem*, p. 89). São justamente esses intelectuais meridionais que, a partir do loteamento do Estado, representaram um dos freios mais eficazes das reformas democratizantes quando da chegada da esquerda ao poder, no processo que ficou conhecido como “revolução parlamentar”.

2.

Meridionização do Estado

Na cultura política do imediato pós *Risorgimento*, o Parlamento representava “o centro legitimador” do processo político, isto é, “a única verdadeira arena nacional de concepção política” (CAMMARANO, 2011, p. 12). De acordo com Cammarano, desde antes da unificação, o conde de Cavour¹³ trabalhou arduamente para que houvesse uma forte aceleração para ascensão do Parlamento enquanto instituto que encarnava o princípio liberal de mediação política entre as forças constitucionais presentes no país, operando essencialmente como centro

¹³ O conde de Cavour foi ministro do Piemonte (Região no Norte da Itália) entre 1850 e 1861, ano em que se tornou primeiro ministro do Estado unitário italiano. Politicamente, esposava um “credo liberal-conservador” resultante da “fusão entre a nobreza e a burguesia”. Em razão disto, se opunha tanto aos demócratas revolucionários – à esquerda – quanto aos clericais conservadores – à direita (Cf. WOOLF, 1973, p. 471-473). Afirmou-se como o expoente mais importante da *Destra Storica*, que foi formada no parlamento italiano em 1861, após a unificação.

de equilíbrio entre interesses regionais conflitantes. Por esse motivo, fora do Parlamento, a dimensão ideológico-organizativa permaneceu, ao menos até 1876, “uma perspectiva decisivamente marginal” (*idem*, p. 12-13). O parlamento enfrentou, contudo, logo após a unificação, uma forte crise, um crescente sentimento de antiparlamentarismo animado pelas evidências de corrupção e corporativismo das suas lideranças, pela centralização burocrática e pela pouca participação popular na política institucional.

Essa crise no parlamento se expressou por meio de um novo vocabulário que surgiu entre seus críticos. A partir de 1865 surgiram termos como “*consorteria*” e “*favoritismo*”¹⁴ para caracterizar práticas políticas deploráveis a serem rejeitadas. O termo “*transformismo*” passou a ser frequente no vocabulário a partir de 1876 – ano da “revolução parlamentar” – como sinônimo de corruptela e de confusão (cf. ALBERTONI, 1965, p. 81). Silvio Spaventa reconhecia no sufrágio restrito uma das causas da corruptela e na composição limitada dos

¹⁴ *Consorteria* define os grupos políticos ou econômicos que buscam a satisfação de interesses próprios em detrimento daqueles da comunidade. *Favoritismo* é o correlato de clientelismo (cf. <http://www.garzantilinguistica.it/ricerca/?q=consorteria>).

partidos, causa ulterior das disfunções da vida pública, isto é, os partidos nasciam de uma mesma classe, da burguesia, que já se constituía como camada dominante (cf. *idem* p. 81-82, nota 45). De acordo com De Ruggiero, “a insuficiência da vida econômica e social coincidem com o subdesenvolvimento do pensamento político liberal e explicam também as insuficiências das instituições representativas nascidas e crescidas em um país de estrutura tão frágil” (*idem*, p. 88).

O fato de o termo “transformismo” ser mais frequente no ano da “revolução parlamentar” evidentemente não é acidental. Aquilo que se chamou de revolução foi na realidade resultado de uma crise ministerial que levou a esquerda ao poder. É possível dizer que em termos gerais o que ocorreu foi uma mistura entre a oposição com elementos moderados, isto é, “a passagem de uma parte da Câmara da oposição ao governo e o refluir de uma parte dos moderados à oposição” (*idem*, p. 90-91). Esta oposição nasceu nos anos 1870 e difere dos princípios da *Sinistra Storica*, de inspiração mazziniana e garibaldina¹⁵. Esta nova versão da

¹⁵ Giuseppe Mazzini (1805-1872). Militante político, de vertente republicana e democrática, defendia a maior participação política popular. Mazzini foi uma das maiores personalidades do *Risorgimento*, importante expoente da *Sinistra Storica* e criador do *Partito d'azione* (cf. <http://www.treccani.it/>

esquerda era muito mais aberta aos acordos, menos ligada aos princípios, mais “realista” ou pode-se dizer, mais pragmática, é a chamada *Sinistra Giovane*¹⁶ (cf. CAMMARANO, 2011, p.

enciclopedia/giuseppe-mazzini/). Como observa Voza, nos *Cadernos do Cárcere*, a análise gramsciana sobre Mazzini constitui um dos elementos mais relevantes da interpretação do *Risorgimento* italiano. Neste sentido a relação Cavour-Mazzini encontra-se no centro da problemática da revolução passiva: enquanto Cavour pode ser considerado o expoente da revolução passiva - guerra de posição, Mazzini seria o expoente da iniciativa popular, da guerra de movimento (Cf. VOZA, 2009, p. 524). Giuseppe Garibaldi (1807-1882). General e militante político italiano, tomou parte em diversas insurreições republicanas dentro e fora de seu país. Desempenhou papel militar importante para a unificação da Itália no comando da épica “*spedizione dei mille*”, que destruiu o reino das Duas Sicílias fornecendo impulso decisivo para a formação do Reino da Itália (cf. [http://www.treccani.it/enciclopedia/spedizione-dei-mille_\(Enciclopedia-Italiana\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/spedizione-dei-mille_(Enciclopedia-Italiana)/)).

¹⁶ **A Sinistra Storica italiana surgiu da confluência da esquerda no parlamento piemontês** reunindo expoentes da tradição mazziniana e garibaldina. O grupo se reorganizou depois de 1848-1849 no *Partito d'azione*, e, após a unificação, a partir da chamada “*sinistra giovane*”. No período pós-risorgimental seus expoentes mais notáveis foram A. Depretis, B. Cairoli, F. Crispi, G. Nicotera, G. Zanardelli (cf. <http://www.treccani.it/>

19, 20; cf. também PROCACCI, 1975, p. 404). Ela se compunha por camadas da burguesia setentrional e meridional, além de estratos democratas, ainda ligados as vertentes mazziniana e garibaldina (Cf. CAMMARANO, 2011, p. 18).

Havia, contudo, uma diferença importante entre os diversos estratos burgueses: enquanto a burguesia setentrional estava mais voltada para o alargamento da democracia, defendendo uma política fiscal menos austera, o alargamento do sufrágio eleitoral, maior descentralização e democratização do Estado; a burguesia meridional estava muito menos preocupada com um Estado democrático e mais interessada em diminuir impostos e aumentar os repasses de fundos públicos para o *Mezzogiorno* (Cf. PROCACCI, 1975, p. 404). Na realidade, ocorria uma conciliação de interesses, certa liberdade para reformas democratizantes em troca da garantia de postos no governo para a burguesia meridional, dando origem à chamada “meridionização da administração pública” (*idem*, p. 407).

Evidentemente, o saldo dessa coalisão foi um resultado medíocre para o alargamento da democracia, isto é, reformas pouco significativas

enciclopedia/sinistra-storica-italiana_(Dizionario-di-Storia)/.

do ponto de vista do impacto sobre a educação pública e sobre a política. A reforma eleitoral de 1882 se limitou à aprovação do rebaixamento do censo, da idade e do grau de instrução exigidos para compor o colégio eleitoral. Essa reforma, que elevou o número de eleitores de 500 mil para 2 milhões na Itália, foi desenhada, contudo, de modo a favorecer mais a cidade que o campo. Quem, de fato, saiu beneficiada foi a pequena burguesia e os estratos mais elevados do operariado e dos artesãos (*idem*, p. 407-408). Em decorrência disso, enquanto a burguesia do Norte encontrou possibilidades de desenvolvimento econômico, no Sul, a reforma teve um impacto muito pequeno, de modo que a política permaneceu restrita à elite e refêm das clientelas (*idem*, p. 408), de modo que, ao contrário de se resolver as contradições regionais, aprofundou aquelas já existentes.

Em *Alguns temas da questão Meridional*, portanto, Gramsci se dedicou a definir o tipo de direção política sobre a qual se fundava o recém-criado Estado italiano, que iria se consolidar posteriormente por meio dos processos parlamentares de transformismo. Posteriormente, já no cárcere, Gramsci definirá o transformismo no interior da conceituação de hegemonia e da discussão sobre o *Risorgimento*:

O critério histórico-político sobre o qual se deve fundar as próprias pesquisas é este: que uma classe é dominante de dois modos, isto é, é “dirigente” e “dominante”. É dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias. Por isto, uma classe antes de chegar ao poder pode ser “dirigente” (e deve sê-lo): quando chega ao poder torna-se dominante, mas continua a ser também “dirigente”. Os moderados continuaram a dirigir o *Partido d’Azione* também depois de 1870 e o “transformismo” é expressão desta ação de direção; toda a política italiana de 1870 até hoje é caracterizada pelo “transformismo”, isto é, a elaboração de uma classe dirigente nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848, com a absorção dos elementos ativos vindos das classes aliadas e também das inimigas. A direção política torna-se um aspecto do domínio, enquanto a absorção das elites das classes inimigas leva à decapitação destas e à sua impotência (Q. 1, § 44, p. 41).

O transformismo foi definido nos *Cadernos*, portanto, como um processo de “absorção dos elementos ativos vindos das classes aliadas e também das inimigas”, desse modo, ao mesmo tempo, unia-se o conjunto das

frações dominantes, desorganizava-se as classes subalternas e esvaziava-se o conteúdo popular dos movimentos nascidos de baixo, impedindo que novas direções surgissem no Estado. Diante disso, ao analisar os caminhos pelos quais as elites atuaram para manter as classes subalternas sob sua direção, isto é, para reprodução reiterada de sua subalternidade, Gramsci vislumbrou a urgente necessidade da aliança entre camponeses do Sul e operários do Norte, reflexões que serão amadurecidas no cárcere.

No cárcere, Gramsci aprofundou a reflexão sobre a subalternidade como uma relação que pode ser caracterizada pela forma de submissão e/ou dominação a que os sujeitos, os grupos e as classes sociais estão submetidos. Em outros termos, o subalterno, de acordo com Gramsci, não é o inferior ou menos capaz, mas aquele que se encontra em uma *relação* em que é submetido ativa ou passivamente, isto é, por escolha consciente ou por processos de manipulação do consenso. Desse modo, não se entende o subalterno sem o hegemônico, ambos formam um “par” conceitual que descreve uma relação e não características ou perfis psicológicos de sujeitos, grupos ou classes.

A análise gramsciana possibilita, assim, o desvelamento dos processos político-ideológicos e socioeconômicos que se escondiam por

trás dos discursos naturalizantes sobre a condição de pobreza e subdesenvolvimento do *Mezzogiorno* e dos preconceitos contra os camponeses meridionais, úteis à dominação de restritas elites na medida em que impediam a aliança operário-camponesa, fundamental do ponto de vista da organização política para a construção da hegemonia dos grupos subalternos. Nesse texto de 1926 já temos, portanto, uma concepção de aliança entre camponeses e operários, que fundamenta a noção leninista de hegemonia, embora o autor não usasse ainda esse termo, que será formulado como conceito posteriormente nos *Cadernos do Cárcere*.

3. **Hegemonia**

O conceito de hegemonia possui uma abrangência ampla no pensamento de Gramsci. Os processos de hegemonia se referem tanto às relações de forças no âmbito das concepções de mundo e, portanto, implicados na formação subjetiva dos consensos e dos conformismos, quanto no âmbito das relações objetivas entre as classes, que sustentam o poder político por meio da reprodução da dominação capitalista.

Por essa razão, Edmundo Dias (1996, p. 9) critica a definição restrita de hegemonia como mera obtenção de domínio ideológico, como se se tratasse apenas de uma estratégia de poder, ou como se hegemonia não se relacionasse de nenhuma forma com o Estado, com a força ou com a economia. Para Dias (1996, p. 34), a definição mais abrangente e completa de hegemonia seria como uma “racionalidade de classe que se faz história e que obriga as demais classes a pensar-se nessa história que não é a delas”. Nessa acepção, a questão central estaria concentrada no “nexo entre a capacidade de construção de uma visão de mundo

(*Weltanschauung*¹⁷) e a realização da hegemonia”. Isto é “a capacidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tenha de construir sua hegemonia, decorre da sua possibilidade de elaborar sua visão de mundo própria, autônoma” (DIAS, 1996, p. 10).

Trazendo a lume a centralidade da visão de mundo, Dias põe no centro da reflexão os processos cognitivos, as formas de apreensão da realidade, a “racionalidade” humana, esclarecendo, assim, que o processo hegemônico é um complexo totalizante que articula a política, a economia, a filosofia e a história. Por essa razão esse processo abriga também os valores, a racionalidade, a compreensão intelectual, a sensibilidade e a afetividade. Isto é, é um processo que conforma todas as dimensões da vida humana (cf. DIAS, 1996, p. 35).

É importante sublinhar neste aspecto que, de acordo com Gramsci, uma concepção de mundo somente se torna hegemônica quando se transforma em uma fé (cf. Q. 10). Em outros termos, uma concepção de mundo, que surgiu historicamente do embate entre as classes sociais é, ela mesma, uma concepção de classe que logrou universalizar-se. Em outros termos,

¹⁷ [alemão]: visão do mundo; concepção da vida ou do mundo em todos os seus aspectos; filosofia de vida.

uma ideia, ou um conjunto de ideias somente se torna hegemônico na medida em que deixa de ser percebido como determinado social e historicamente e passa a ser crido como legítimo e universalmente válido. Assim ocorreu com o cristianismo na Idade Média, com o liberalismo na Modernidade e, atualmente, com o neoliberalismo.

Como ressalta Dias, a luta de hegemonias tem, portanto, uma face cognitiva (DIAS, 1996, p. 55) e, por essa razão o processo de constituição de hegemonia realiza-se sempre em uma relação pedagógica entre intelectuais e simples, entre classes e grupos dominantes e subalternos. Contudo, como o autor diz: “ideias não se negam com ideias” (*idem*, p. 21), porque o substrato da ideia é material, são os fatos reais que negam as ideias. As ideias dominantes na mente dos subalternos são negadas pela crítica, mas a crítica nada mais faz que revelar o real. Importante notar que a filosofia da práxis não é um projeto iluminista, que pressupõe a mudança social fundamentalmente por meio do esclarecimento e da racionalidade. Em outros termos, a luta política entre as classes não é secundária, mas constitui a via principal por meio da qual a hegemonia se realiza e se consolida. A filosofia da práxis, como já dissemos, é uma concepção de mundo revolucionária fundada na articulação entre

teoria e prática, imersa, portanto, no drama histórico, no coração das lutas das classes subalternas pela sua própria autonomia.

Sem perder de vista essas advertências de caráter mais geral, vamos agora abordar a seguir, de forma sintética, as principais fontes do conceito de hegemonia, assim como as conexões complexas entre hegemonia, Estado e sociedade civil.

4. **As fontes do conceito de hegemonia**

V. I. Lenin

Como se sabe, Gramsci não foi o primeiro e nem o único autor a mobilizar o termo “hegemonia”. Ele já estava difundido na Itália e na Rússia no século XIX, mas foi apreendido por Gramsci a partir de V. I. Lenin. A noção de hegemonia aparece pela primeira vez na obra de Lenin no ano de 1905, em *Duas táticas da social democracia na revolução democrática*, para definir a relação que deveria ser estabelecida entre o proletariado urbano e os camponeses, isto é, a hegemonia se referia primordialmente à aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade, sob a liderança dos operários urbanos.

Aqui, hegemonia tem, sobretudo, o significado de superação do corporativismo, de ampliação política dos interesses das classes. Essa concepção perdurou até 1917. Depois da deflagração da Revolução Russa, a hegemonia assumiu o significado de “supremacia”, ou seja,

é perceptível uma ênfase na força sobre o consenso, expressa na fórmula da ditadura do proletariado. A partir de 1919, entretanto, a concepção de hegemonia voltou ao centro da reflexão de Lenin e da Internacional Comunista. Manteve-se, contudo, o acento na força sobre o consenso (cf. DI BIAGIO, 2010).

A estadia de Gramsci em Moscou entre junho de 1922 e dezembro de 1923 foi fundamental para elaboração de *Alguns temas da questão Meridional*, texto que revela grande influência de Lenin. Ali é possível perceber claramente a perspectiva da hegemonia como superação do corporativismo e do economicismo, e, conseqüentemente, da necessidade da aliança entre operários e camponeses. Contudo, na concepção mais madura, formulada nos *Cadernos do Cárcere*, o conceito de hegemonia ganha uma dimensão mais abrangente: hegemonia na acepção gramsciana pode ser entendida como fundamento do Estado capitalista. Desse modo, pode se referir tanto ao *status quo*, isto é, à hegemonia burguesa, quanto se referir a uma possível nova direção política, isto é, a hegemonia das classes subalternas.

Para esse alargamento do conceito, Gramsci estabelecerá diálogo crítico com variadas fontes da cultura europeia, que se iniciam em Maquiavel, passam pela experiência da Revolução francesa, especialmente pelo

jacobinismo, e pela experiência da Revolução Russa, chegando a Benedetto Croce. Nos interessa aqui especialmente o diálogo com Croce e com Maquiavel, que passaremos a discutir a seguir.

Benedetto Croce

Gramsci considerava a obra de Croce como a filosofia contemporânea mais avançada de sua época. De fato, Croce exerceu uma importante função hegemônica no ambiente cultural italiano no início do século XX. Sua influência se dava por meio das revistas, especialmente de *La Critica* e da editora Laterza. De acordo com Gramsci, Croce teria chamado a sua atenção para o elemento do consenso como componente do poder político e para o papel dos intelectuais como organizadores da cultura.

Os apontamentos de Croce (1952) sobre a ética e a política foram fundamentais para a formulação do conceito de hegemonia. De acordo com Fresu (2020), enquanto o elemento ético faz referência ao consenso, construído e disputado na sociedade civil, a política se referiria à iniciativa estatal-governamental, à dimensão institucional e coercitiva. Esses elementos teórico-políticos estão na base da “fórmula da hegemonia”, constituída de força e consenso, que determinam a “dupla perspectiva na ação

política e na vida estatal (da ‘Igreja’ e do ‘Estado’)” (cf. Q. 13, §14, p. 1576).

Além disso, Croce era ele mesmo considerado por Gramsci um intelectual orgânico da burguesia italiana do seu tempo. Considerado uma das “pedras angulares do sistema meridional” (cf. GRAMSCI, 2014d), e, ao mesmo tempo, ligado à cultura europeia e mundial, tornava-se capaz de cooptar os intelectuais que surgiam no solo cultural italiano, especialmente no Sul da península (cf. FRESU, 2020). Não obstante suas contribuições para a formulação do conceito de hegemonia, ou melhor dizendo, a sua atuação como intelectual moderado, organizador da cultura liberal-conservadora e seus apontamentos sobre a ética e a política, o filósofo napolitano operou uma separação estanque entre teoria e prática, pensamento e ação, constituindo, assim, fortificações e barreiras que mantinham os intelectuais e as elites separados por abismos culturais e políticos, reforçando os preconceitos sobre a atuação política das massas e obstaculizando sua organização.

Croce foi, portanto, fundamental para a reflexão sobre a hegemonia como fundamento do Estado liberal-burguês, mas apresentava-se totalmente avesso às possibilidades de surgimento de uma nova hegemonia. Para a formulação das bases e estratégias para essa

modalidade Gramsci recorreu, sobretudo, a Maquiavel.

Nicolau Maquiavel

É possível afirmar que a própria concepção de política nos *Cadernos* está necessariamente ligada “ao patrimônio maquiaveliano que circula em todas as notas do cárcere” (cf. SUPPA, 2009, p. 645). A política como concepção ampla, mas também, especificamente, como instrumento de luta revolucionária constitui o elemento de ligação entre Gramsci e Maquiavel, especialmente no que se refere à construção de um novo Estado. Donzelli sustenta que o tema mesmo da política se alarga e toma corpo no pensamento de Gramsci à medida que a dramática experiência histórica da falência da iniciativa revolucionária no Ocidente demonstra a falta de coincidência entre crise econômico-estrutural e soluções político-revolucionárias (cf. DONZELLI, 1981, p. XVIII).

Dessa forma, a questão política se coloca nos *Cadernos* a partir da “exigência de entender, dominar e encaminhar à solução os termos de uma crise geral das relações de forças entre as classes” diante do declínio das antigas formas de dominação (*idem*). Contudo, a compreensão da crise de hegemonia repõe novas exigências,

principalmente a que se refere à construção de soluções novas para a revolução no Ocidente. Deste modo, não por acaso, ao lado “da reflexão sobre Maquiavel, se encontram as primeiras notas dedicadas à discussão do conceito de ‘crise orgânica’” (*idem*, p. XXV).

Para Gramsci, Maquiavel representava o ponto mais alto alcançado pela ciência burguesa sobre o terreno do estudo e da descrição dos mecanismos que conduzem à mudança política, das regras para a fundação de um “principado novo”. Neste sentido a teoria política de Maquiavel poderia contribuir para superar a crise de realização que o socialismo estava atravessando, isto é, a tarefa de criação de um “principado novo” aparecia então não impossível, como demonstrara a concretização da Revolução Russa, mas certamente seria um trabalho que requereria um suplemento de reflexão (cf. DONZELLI, 1981, p. XV-XVI).

Gramsci recorreu principalmente a obra *O Príncipe*, onde Maquiavel caracterizou a política a partir de atributos igualmente humanos e animais para definição da hegemonia e do Estado Integral. Nessa obra Maquiavel identificou a base de todos os Estados nas “boas leis e nas boas armas”. Diz o autor: “Os principais fundamentos comuns a todos os Estados, tanto os novos como os velhos e os mistos, são as boas leis e as boas armas: porque

não pode haver boas leis onde não há boas armas, e onde há boas armas convém que haja boas leis” (MAQUIAVEL, 2007, p. 127). Essa sentença encontra importante paralelo em outro excerto alguns capítulos adiante, onde o autor afirma: “deveis, portanto, saber que são dois os gêneros de combate: um com as leis, outro com a força. O primeiro é próprio do homem e o segundo dos animais” (*idem*, p. 171).

Em consonância com essas reflexões de Maquiavel, especialmente no *Caderno 13*, dedicado a ele, Gramsci escreve:

“Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da ‘dupla perspectiva’ na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do *Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da ‘Igreja’ e do ‘Estado’)*, da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc.” (Q. 13, §14, p. 1576, grifos nossos).

Nessa nota, o pensamento de Maquiavel aparece traduzido na fórmula gramsciana da hegemonia, que é expressamente afirmada mais adiante:

O exercício ‘normal’ da hegemonia no terreno tornado clássico pelo regime parlamentar é caracterizado por uma combinação da força e do consenso que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos assim ditos órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados” [...] (Q.13, §37, p. 1638).

Assim, baseado em Maquiavel e na experiência histórica europeia, especialmente da Itália, da França e da Rússia, Gramsci chega à conclusão de que as classes sociais iniciam a construção de uma nova hegemonia ao conquistar o consenso da sociedade civil, primeiramente entre os grupos aliados. Por esse meio, ela se habilita a conquistar o aparelho de Estado (por meios institucionais, eleitorais, ou mesmo via sublevação da ordem, como nas revoluções) e com ele os aparelhos repressivos, a força. Somente então ela consegue se tornar

dirigente e dominante, habilitada a exercer a direção do Estado, equilibrando-se na força e no consenso. Desse modo, o consenso permite que a classe seja dirigente, enquanto a força a torna dominante, e, assim, hegemônica (cf. Q. 1, § 44, p. 41).

Aspecto importante a ressaltar, contudo, é que a reflexão sobre hegemonia, que articula força e consenso, é precisamente uma reflexão sobre o Estado, isto é, sobre como o equilíbrio instável das relações de forças sociais se estabelece entre os diversos grupos na sociedade civil em disputa pela direção do aparelho estatal.

5.

Estado Integral

A concepção gramsciana de Estado polemiza com a tradição liberal que desde os contratualistas T. Hobbes, J. Locke e J.-J. Rousseau estabeleceu uma clara oposição entre a esfera privada, individual, e a esfera pública, coletiva, de Estado. O desenvolvimento teórico e político dessa tradição encarregou-se de consolidar a “dupla perspectiva” no Estado moderno, qual seja, a perspectiva do indivíduo autointeressado e competidor na esfera da sociedade civil em contraste com o cidadão virtuoso e coparticipante da soberania na esfera pública do Estado (cf. MARX, 2010).

Gramsci chama a atenção para o fato de que, a despeito de existirem instituições e aparelhos próprios da administração pública, assim como da organização privada, eles não estão desconectados, pelo contrário, são os aparelhos privados de hegemonia (imprensa, escolas, igrejas, associações, partidos políticos, movimentos sociais, coletivos, etc.) que constituem os esteios do poder de Estado. Do mesmo modo, os aparelhos repressivos do Estado existem para manter a ordem capitalista

e são empregados sobre aqueles que não consentem nem ativa e nem passivamente à dominação de classe. Essa perspectiva de Estado foi sintetizada no *Caderno 6* da seguinte forma: “Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia encouraçada de coerção” (Q 6, § 88, p. 763-764), definindo, portanto, um Estado integral.

No Estado integral a sociedade política e a sociedade civil estão em relação de unidade-distinção, isto é, elas possuem aparatos próprios, separados institucionalmente, contudo, participam das mesmas relações de forças sociais sobre as quais se assenta a hegemonia de classe. O Estado, desse modo, não se resume ao aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção, ele inclui também a esfera civil, onde os aparelhos privados de hegemonia possuem sua sede. Dito de outro modo, cada uma das esferas possui características próprias e não se confundem entre si, contudo, a distinção entre elas só poderá ser metodológica porquanto estão organicamente ligadas.

Enquanto a sociedade política é conformada pelos aparelhos de administração pública, de representação, de justiça e direito e de repressão, como as polícias e o Exército, a sociedade civil é composta pelo “conjunto de organismos vulgarmente chamados ‘privados’”

(Q. 12§1). Norberto Bobbio (1990), ainda em 1967 iniciou uma expressiva polêmica sobre a sociedade civil, afirmando que ela representaria exclusivamente o momento superestrutural, o momento da política e não da produção e que por esse motivo Gramsci estaria mais próximo de Hegel que de Marx¹⁸. A despeito dessas polêmicas já terem sido bastante debatidas e esclarecidas no âmbito dos estudos gramscianos, a perspectiva de Bobbio se consolidou no campo das interpretações liberais de Gramsci, deslocando e isolando indevidamente a adesão teórica e política do autor ao marxismo e ao comunismo, concepções e práticas que ele jamais abandonou.

É preciso considerar, nesse sentido, que apesar de a sociedade civil ser entendida como o “conjunto de organismos vulgarmente chamados ‘privados’”, esses organismos são aparelhos de hegemonia e estão ligados às classes sociais e, por meio delas, ao mundo da produção. Representam, portanto, um momento da luta de classes e possuem uma base material. A luta entre “concepções de mundo”, como aparece no *Caderno 10*, só pode ocorrer por meio dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas ideologias organizando-as e

¹⁸ Sobre isso consultar BIANCHI 2008, LIGUORI 2006.

difundindo-as. Além disto no Q.13, §17, onde Gramsci apresenta uma importante reflexão sobre os diversos momentos ou graus de relação de forças, a sociedade civil é situada como o *locus* da atividade econômica propriamente dita; o terreno dos interesses materiais imediatos, da propriedade privada; a sociedade econômica burguesa; ou, em linguagem corrente, o mundo dos negócios.

A função dos aparelhos privados de hegemonia, e especialmente os aparelhos de opinião pública, será esclarecida no próximo capítulo, no entanto, é necessário chamar a atenção aqui para sua função de intermediação entre a sociedade civil e a sociedade política. No Q. 13, §37 referido acima, Gramsci afirma que a hegemonia “aparece apoiada pelo consenso da maioria expresso pelos assim ditos órgãos da opinião pública” (jornais, revistas, editoras, etc., atualmente podemos acrescentar a televisão e a internet). No entanto, o que correntemente se chama opinião pública, afirma Gramsci, “está estreitamente ligado à hegemonia política, isto é, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre a força e o consenso” (Q. 7, § 83, p. 914-915).

Gramsci destaca o fato pouco observado de que a chamada “opinião pública” tem um caráter iminentemente privado, isto é, pela própria visão de mundo, pela ética e pela política

que difunde, liga-se às classes sociais e aos grupos econômicos. Ela torna-se, portanto, instrumento do Estado para “organizar e centralizar certos elementos da sociedade civil” “quando quer iniciar uma ação pouco popular” (cf. Q 7, § 83, p. 914). Assim, o Estado, por meio dos aparelhos públicos e privados de comunicação, prepara a aceitação na sociedade civil para determinadas medidas impopulares, diminuindo o nível de insatisfação e contribuindo para desarmar os argumentos dos adversários do governo e desorganizar as classes subalternas. Sendo assim, o uso da força pelo aparelho estatal, embora esteja sempre presente como potência, não se realiza sem que antes se esgotem as tentativas de direção política por meio do consenso, muitas vezes manipulado pelos aparelhos de opinião.

Desse modo, o Estado não apenas reprime, mas também educa, conforma, reproduz os consensos a seu favor, mantendo o equilíbrio entre o uso da força e a formação reiterada de determinados consensos, isolando e destruindo outros. Pela via dos aparelhos de hegemonia e pelo direito, ele se torna educador, conforme afirma Gramsci: “a classe burguesa põe a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico: toda a função do Estado é transformada: o

Estado torna-se ‘educador’, etc.” (Q 8, § 2, p. 937).

Destarte, quanto mais uma classe dominante for capaz de abranger os interesses das subalternas, realizando parte das suas demandas ainda que de forma parcial e subordinada, mais ela se expandirá e consolidará sua hegemonia. Do mesmo modo, o uso reiterado da força indica que a classe não consegue mais dirigir e se tornou puramente dominante, detentora apenas da força. Essa situação indica uma crise de hegemonia, ou seja, um grave desequilíbrio entre a força e o consenso que pode levar tanto a sublevações populares quanto a soluções de força pelo alto, como regimes autoritários, por exemplo.

Parte III.

Os Intelectuais e o Moderno Príncipe

1.

A “questão política” dos intelectuais

O interesse de Gramsci pelas funções políticas dos intelectuais na cultura está persistentemente presente em todos os planos de estudos feitos para orientar a pesquisa dos *Cadernos*. Estes se estendem de um primeiro esboço – formulado em carta enviada por Gramsci a sua cunhada Tatiana Schucht, ainda em março de 1927, isto é, logo após sua prisão – até as *Notas esparsas e apontamentos para uma história dos intelectuais* italianos, registradas no Q. 8 em 1932, consideradas por Gianni Francioni (1984, p. 78) como um projeto orgânico para a sistematização e desenvolvimento de uma pesquisa sobre os intelectuais.

De acordo com Dora Kanoussi (2007, p. 14), o conjunto de temáticas na obra gramsciana do cárcere se articulam a três grandes eixos, que seriam a teoria dos intelectuais, marxismo e revolução passiva. Conforme sublinha a autora, o tema dos intelectuais ocupa lugar proeminente no pensamento gramsciano muito antes da

redação do Q. 12, caderno monográfico especialmente dedicado ao tema. Em outros termos, o interesse pelo estudo das funções dirigentes e sua influência na cultura está presente desde o primeiro esboço de um plano de estudos até um exame mais pormenorizado em um caderno monográfico, articulando-se com um conjunto de temas de importância vital para a reflexão do cárcere, como, por exemplo, é o tema do Estado¹⁹.

É possível afirmar, então, que Gramsci tinha, a despeito das condições adversas no cárcere fascista, um projeto orgânico para a sistematização e desenvolvimento de uma pesquisa sobre os intelectuais. O autor, contudo, não pretendia fazer uma “sociologia” dos intelectuais, isto é, uma classificação estéril dos tipos de intelectuais italianos, franceses, etc. Ele propôs, ao contrário, o estudo da “*questão política*” dos intelectuais, isto é, Gramsci ampliou a noção de intelectual e o definiu como dirigente político. Intelectual na acepção gramsciana é, portanto, aquele que une teoria e prática na

¹⁹ Em carta à Tatiana de 07 de setembro de 1931, assim como no Q. 10, § 9, Gramsci afirma: “(...) eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo conduz também a certas determinações do conceito de Estado (...)” (GRAMSCI, 1977, p. 458).

formulação da ética e da moral adequadas à classe da qual emerge ou adere.

Gramsci começa o Q. 12 perguntando: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria especializada de intelectuais?”. Ele está aqui dialogando diretamente com o elitismo, não apenas aquele elitismo teórico italiano de G. Mosca e V. Pareto, mas com a cultura italiana de forma mais ampla, marcadamente elitista²⁰. Naquele contexto, os

²⁰ Sob o sugestivo tema *História dos intelectuais*, escreve Gramsci, entre janeiro e fevereiro de 1932, numa nota de única escritura: “os *Elementi di scienza politica* de Mosca (nova edição ampliada de 1923) devem ser examinados para esta rubrica. A chamada ‘classe política’ de Mosca não é mais do que a categoria de intelectual do grupo social dominante: O conceito de ‘classe política’ de Mosca deve ser aproximado do conceito de ‘elite’ de Pareto, que é uma outra tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social (...) (Q. 8, § 24, p. 956-957). De acordo com Bobbio (1988, p. 32), a teoria das elites alcançou uma grande importância na Itália porquanto havia caracterizado o pensamento político nacional dos primeiros anos do século XX e o caracterizou também nos anos seguintes, de forma que se constituiu “uma espécie de marca de fábrica” da cultura política italiana (por esta razão fazia parte também do patrimônio cultural de Gramsci).

intelectuais burgueses apareciam no senso comum, mesmo o ilustrado, como superiores e inatingíveis, completamente desligados política e culturalmente da economia e das classes sociais, como se fossem vozes desencarnadas de autoridade pública, científica ou eclesiástica sobre o conjunto dos cidadãos comuns, sem distinção.

Então, Gramsci chamou a atenção para o fato de que não existe visão de mundo neutra, e por esse motivo, não há política neutra, todos os intelectuais – burgueses ou trabalhadores, da cidade ou do campo – pela própria concepção de mundo, pertencem ou se ligam a alguma classe social. Gramsci, por isso, sublinha o estreito nexos entre as classes sociais, os partidos políticos e seus dirigentes, os intelectuais. Diz o autor:

“As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. (...) Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de

ser e de desenvolvimento da classe representada” (Q. 3, § 119, p. 387).

Ao sublinhar que os partidos são expressão das classes sociais e elaboradores de dirigentes da sociedade civil e da sociedade política, Gramsci pôs em relevo uma realidade política não imediatamente aparente: o pessoal dirigente de Estado e de Governo está diretamente relacionado às classes sociais. O autor ressalta, assim, o caráter de classe do Estado moderno, bem como a vinculação entre os intelectuais e as classes sociais.

2.

Os Intelectuais e as classes sociais

Gramsci observa que foi justamente em virtude da atuação dos padres, dos eclesiásticos na cultura europeia que nasceu a acepção geral de “intelectual” ou do “especialista”, separado da massa de fieis, dos indivíduos simples, sem formação ou “eleição” divina. Deste modo, da palavra “clérigo” e de seu correlativo “laico”, no sentido de profano, de não especialista, subentendeu-se uma separação profunda entre o intelectual, o especialista e os sujeitos simples da massa (Cf. Q. 12, §1, p. 1515). Daí o preconceito difuso de que “política não se discute” pela massa, porque a política é assunto de especialistas ou de políticos profissionais.

Gramsci questiona esse preconceito ao argumentar que a categoria intelectual em sua acepção política não pode ser definida por nenhuma característica intrínseca dos indivíduos, isto, ela não se define pela cultura letrada, acadêmica ou por qualidades ou habilidades inatas, mas ela é, antes de tudo, uma categoria relacional, isto é, que se define na

relação com as classes. Deste modo, o *intelectual tradicional* caracteriza-se, sobretudo, por representar a ética e a política adequada às antigas classes de um modo de produção superado, como o feudalismo, por exemplo. E, por isso, esses intelectuais se tornam anacrônicos, isto é, em virtude da superação do modo de produção da vida que representam, devido à implantação de um novo bloco histórico. O *intelectual orgânico*, pelo contrário, caracteriza-se pela sua ligação aos modernos grupos sociais do capitalismo (definidos na relação capital-trabalho), que emergem na medida em que superam uma situação social anteriormente dominada e dirigida por antigos grupos no poder.

A diferença entre o tipo de intelectual tradicional e o orgânico é, portanto, essencialmente seu compromisso de classe. Em consequência, a posição que assumem em relação à nova formação social, isto é, se é *regressiva*, se pretende a manutenção das concepções tradicionais, ultrapassadas, ou se é *progressiva*, isto é, ligada às necessidades econômicas, políticas e éticas dos grupos sociais mais avançados (Cf. Q. 12, §1, p. 1513-1514).

Deste modo, partir da crítica das concepções elitistas, Gramsci supera a separação entre os grupos governantes e governados fundamentada nas qualidades pessoais, de forma que “todos os homens são

intelectuais”. Sendo assim afirma que as diferenças se referem às funções diversas desempenhadas no conjunto das relações sociais, por isso “nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (Q. 12, § 1, p. 1514). Gramsci procura “destruir” o preconceito do senso comum de que existiria uma separação de natureza entre intelectuais e simples, de forma que insere no âmbito da política e da história aquilo que havia se tornado um pressuposto para a ciência e para arte política – a passividade das massas.

Neste contexto teórico insere-se a questão registrada ainda em 1930 no Q. 4, § 49: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria de intelectuais?” Ao que o próprio autor responde:

Todo grupo social, nascendo sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, no campo econômico (Q. 4, §49, p. 475).

Na medida em que encontram sua origem nas classes, os intelectuais, que pela própria atuação se tornam dirigentes políticos (ainda que não se apresentem assim) estão inseridos nas relações de forças sociais e representam, por esta razão, interesses de classes. De acordo com Gramsci, a concepção dos intelectuais como um grupo social destacado da luta de classes explica-se, entre outras, pela ação histórica dos intelectuais tradicionais, isto é, daquelas categorias de intelectuais preexistentes às novas formas de organização econômica e social, da qual os eclesiásticos constituiriam um modelo exemplar. Eles, que monopolizaram durante muito tempo a ideologia religiosa e em decorrência a filosofia e a ciência de um longo período na história, influenciando a educação, a moral e a justiça e que – de acordo com Gramsci – podem ser considerados como categoria intelectual organicamente ligada a aristocracia fundiária, sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade na história e sua “qualificação”, de modo que colocam a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante (Cf. Q. 4, §49, p. 475).

Portanto, para se contrapor ao senso comum de que a filosofia e a política seriam atividades próprias de restritos grupos de intelectuais burgueses, o autor eleva todos os homens à qualidade de filósofos (Cf. Q. 11, § 12,

p. 1375), o que obviamente não significa dissolver a filosofia enquanto pensamento sistemático e coerente no senso comum, mas sim “destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia seria algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou filósofos profissionais e sistemáticos” (*idem*). Deste modo, embora os intelectuais (dirigentes políticos, professores, filósofos, padres, profissionais liberais) pudessem *aparecer* como uma classe autônoma, como uma casta, desligados do mundo da produção e dos seus interesses econômicos, estes somente poderiam se constituir enquanto dirigentes em função da atividade teórica e doutrinária dos partidos.

3.

Os intelectuais e o Moderno Príncipe

O partido político deve ser entendido na acepção gramsciana em sentido amplo: como agente coletivo capaz de organizar e dirigir as classes sociais a partir de seus próprios interesses, ou, pode-se dizer, da ética e da política adequadas à sua posição nas relações sociais de força. Ele foi definido nos *Cadernos do Cárcere* como o “moderno príncipe”, o “*condottiero* ideal” (Cf. Q. 13, § 1, p. 1555). Numa clara referência à Maquiavel, o autor destaca o papel fundamental da direção e da formação política que têm os partidos modernos.

Para Gramsci o caráter fundamental de *O Príncipe*, de Maquiavel, consistiria na fusão entre a ideologia política e a ciência política na “forma dramática do ‘mito’” (cf. Q. 13, §1, p. 1555), numa clara alusão ao conceito formulado por Georges Sorel. De acordo com este autor, o sindicalismo revolucionário deve empregar “meios de expressão que projetem sobre as coisas uma luz forte que as coloquem perfeitamente no lugar que lhes cabe por

natureza e revelem todo o valor das forças em jogo”. Para isto, contudo, a linguagem não seria suficiente, o autor observa que seria “preciso recorrer a conjuntos de imagens capazes de evocar *em bloco e por mera intuição*, antes de toda análise reflexiva, a massa dos sentimentos que correspondem às diversas manifestações da guerra travada pelo socialismo contra a sociedade moderna” (SOREL, 1992, p. 141, grifos do autor).

Nesse sentido, para Gramsci, o “mito príncipe” consistiria neste recurso à imagem de um *condottiero* ideal capaz de evocar em bloco e por mera intuição um príncipe “realmente existente” (cf. Q. 13, § 1, p. 1556), concentrando em si a capacidade da reforma da vontade, elemento essencial para a ativação intelectual e política das massas. Modernamente, contudo, o príncipe já não pode mais ser uma pessoa real, individual, mas um organismo coletivo, isto é, um partido político, o “moderno príncipe” (*idem*, p. 1558), isto é, deve exercer funções diretivas e organizativas de forma coletiva. Essas funções diretivas e organizativas precisam ser compreendidas no interior das relações de forças na sociedade civil e no Estado. O “momento” no qual se forma o partido é aquele “essencialmente político”, isto é, o momento em que a classe social ou o grupo específico torna-se capaz de superar as demandas meramente econômicas e

alcançar o terreno da universalidade (Cf. Q. 13, § 17, p. 1584).

O momento anterior, econômico-corporativo, caracteriza-se justamente por uma solidariedade essencialmente econômica de grupo profissional, assim, não há consciência de unidade do grupo social mais amplo. Por outro lado, a formação de uma vontade coletiva localiza-se num estágio superior, com a formação da consciência de classe e absorção dos interesses dos grupos subalternos. Esta é a fase mais estritamente política que “assinala uma passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em partido” (idem). Essa elaboração política de interesses de grupo consiste na formação mesma do partido político, como agente capaz de sintetizar a ética e a política adequada à classe que representa.

Destarte, ao partido cabe resguardar os interesses da classe que representa, porém, simultaneamente, deve assimilar em certa medida os interesses das classes subordinadas. Desse modo, difunde sua visão de mundo de forma que os demais grupos sociais a tomam como sua própria visão. A difusão por toda área social de sua visão de mundo e a aceitação desta pelos demais grupos contribui para a construção da hegemonia do grupo social fundamental.

Nos *Cadernos*, contudo, Gramsci observa que no mundo moderno, “os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido”, de modo que, muitas vezes o “Estado-Maior intelectual do partido orgânico” opera como se fosse uma “força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público”, de modo que, como dissemos, as revistas e jornais puderam atuar como partidos políticos.

Na Itália, na ausência de partidos centralizados, quem exercia essa “função” eram as revistas, isto é, os grupos editoriais reuniam em torno de si um grande número de intelectuais com interesses e ideologias afins e, desse modo, sistematizavam a ética e a política adequada a determinados grupos e classes sociais (Cf. Q. 17, §37, p. 1939). Por essa razão, os jornais e as revistas, isto é, os aparelhos de opinião pública, devem ser estudados em sua conexão com os “partidos orgânicos e fundamentais”, ou, pode-se dizer, com os grupos sociais que travam disputa político-cultural na sociedade civil no interior das lutas por hegemonia. Neste sentido, ainda que sejam reconhecidos como uma “força dirigente em si mesma, superior aos partidos” – o que supõe certa “isenção ideológica” – são “aparelhos” de opinião, isto é, desempenham

funções políticas na sustentação de certa visão de mundo ligada a determinados grupos sociais.

Note-se que quando Gramsci se refere aos aparelhos de opinião pública como partidos ele utiliza aspas, procedimento comum nos *Cadernos* para indicar que determinado termo ou conceito está sendo empregado fora de seu sentido habitual, neste caso, determinadas revistas ou jornais são “partidos” na medida em que desenvolvem funções de partido e estão enraizados em grupos sociais fundamentais.

Gramsci, portanto, distingue este tipo de “partido” específico, que abstrai a ação política imediata, isto é, dos intelectuais de cultura, que têm a função de dirigir do ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins (frações de um mesmo partido orgânico). Ao analisar a situação da Itália de seu tempo, Gramsci afirma que, pela falta de partidos organizados e centralizados, “não se pode prescindir dos jornais: são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos” (Q. 1, §116, p. 104). Ao demonstrar que as linhas editoriais guardam conexões com interesses de grupos, Gramsci sinaliza para uma função que é específica dos partidos políticos: sintetizar ou influenciar a concepção de mundo e a ética adequada à determinada classe, universalizando-a para o conjunto da sociedade. Para esta função deve-se

da mesma forma levar em conta a atuação dos intelectuais, mas neste caso específico, sua atividade concentra-se na capacidade de influenciar as linhas editoriais de acordo com os interesses de grupos, de certa forma, estes indivíduos constituem-se em dirigentes dos jornais (Cf. Q. 1, § 116, p. 108-109).

Para Gramsci, assim, a imprensa consiste na parte mais dinâmica da estrutura ideológica de classe (Cf. Q. 3, § 49, p. 332-333), voltada para difundir conteúdos acerca da sociedade sob uma determinada perspectiva. Deste modo, assim como o Estado não pode prescindir dos aparelhos de opinião pública, os partidos das classes subalternas também não podem fazê-lo na medida em que a atividade política partidária por si só não é capaz de cumprir a função das revistas:

“(…) não se deve crer que o partido constitua, por si mesmo, a ‘instituição’ cultural de massa da revista. O partido é essencialmente político e até mesmo sua atividade cultural é atividade de política cultural; as ‘instituições’ culturais devem ser não apenas de ‘política cultural, mas de técnica cultural’. Exemplo: num partido existem analfabetos e a política cultural do partido é a luta contra o analfabetismo” (Q. 6, §120, p. 790-791).

É importante notar que Gramsci diferencia política cultural, própria do partido político (luta contra o analfabetismo) e técnica cultural, própria das “instituições” culturais (ensinar a ler e a escrever). Segundo o autor, num grupo criado para lutar contra o analfabetismo não se propõe a ensinar ler e escrever meramente, não é uma “escola para analfabetos”, mas “planejam-se todos os meios mais eficazes para extirpar o analfabetismo das grandes massas da população de um país, etc.” (*idem*). De modo que ficam claras tanto as conexões, quanto as distinções entre o partido e os aparelhos culturais que cumprem determinadas “funções de partido”.

Como dissemos, embora os jornais e as revistas não sejam partidos estrito senso, eles podem cumprir essa função. É preciso considerar, contudo, que esses aparelhos não são suficientes para substituir o partido – principalmente para as classes subalternas –, ou seja, não cumprem plenamente a função de partido, sua ação é restrita. Esta restrição também diz respeito aos aspectos específicos ligados à militância no partido, ou seja, a ação política direta não é um acessório, ela é central para elaboração de novas intelectualidades integrais, neste sentido, somente os partidos são o “crisol da unificação, de teoria e prática,

entendidos como processo histórico real” (Q. 11, §12, p.1387).

Dito de outra forma, a função de partido não substitui o partido, os termos não são intercambiáveis. Assim, o oposto também é verdadeiro, o partido, embora ligado à função cultural das revistas e jornais, não pode substituí-los e nem prescindir deles. Nenhum partido que tenha como projeto ser o divulgador de uma nova cultura pode dispensar a atividade jornalística, antes, ela deve ser parte constituinte da sua estrutura.

4.

Filosofia, política e história

A superação do senso comum que afirma a superioridade intrínseca dos governantes em relação à massa de governados apresenta-se como um estágio inicial para a criação de uma autoconsciência crítica pelas classes subalternas. A elite de intelectuais, contudo, não deixa de ser necessária, pelo contrário, apresenta-se como elemento fundamental para a superação da passividade das massas. Neste sentido o Q. 8, § 169, escrito em novembro de 1931 e transcrito no Q. 11 § 12, cuja redação ocorre entre junho e julho de 1932 é de especial valor. De acordo com o texto:

Todavia, nos mais recentes desenvolvimentos da filosofia da práxis, o aprofundamento do conceito da unidade entre teoria e prática permanecem ainda numa fase inicial (...). Parece justo que também este problema deva ser colocado historicamente, isto é, *como um aspecto da questão política dos intelectuais*. Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite

de intelectuais: uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem o aspecto teórico da ligação teoria-prática que se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica (Q. 11, § 12, p. 1386, grifos nossos).

Ao adotar o critério metodológico de leitura dos fenômenos sociais a partir das relações de força estabelecidas entre os grupos em disputa na sociedade civil e na sociedade política (Cf. Q. 13, § 17, p. 1578-1589), a passividade intrínseca da massa de governados passa a ser interpretada como uma condição ética e política de subalternidade, histórica e socialmente determinada. Gramsci apresenta o sujeito simples da massa como um indivíduo racional, intelectualmente apto à filosofia crítica, contudo, ainda imerso em concepções acríticas herdadas do passado, sobretudo da religião e do senso comum. Diante disto, a autoconsciência crítica somente é possível na medida em que ocorra uma elaboração própria da concepção de mundo, de uma maneira consciente, isto é, no momento em que o sujeito consegue ser o “guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior,

passiva e servilmente, a marca da própria personalidade" (Cf. Q. 11, § 12, p. 1375-1376).

Marca da consciência acrítica, imersa no senso comum, é o desacordo entre o pensar e o agir, entre “a concepção que é logicamente afirmada como um fato intelectual” e aquela “que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação”, de forma que a conduta não pode ser autônoma, mas submissa e subordinada (Cf. *idem*, p. 1379). O processo de ativação política e cultural da massa corresponde precisamente à criação da consciência de que “pela própria concepção de mundo pertencemos sempre a determinado grupo” (*idem*), de forma que, se a consciência dos indivíduos das classes populares não é autônoma, torna-se politicamente submissa aos grupos sociais dominantes.

Em outros termos, autoconsciência crítica significa, sobretudo, a compreensão da própria condição de classe e da luta de classes na sociedade. A crítica da concepção de mundo, neste sentido, somente é possível por meio da política, mais precisamente por meio da organização política, de forma que filosofia e política se concatenam num nexu orgânico. Neste sentido diz Gramsci: “não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos

políticos” (*idem*). Serão precisamente os intelectuais, como organizadores e dirigentes políticos de classe, o elemento teórico que ao unir-se organicamente ao elemento prático das massas tornarão possível a crítica do desacordo entre o pensar e o agir, o que está diretamente implicado na concretização da autoconsciência das classes subalternas. De acordo com Gramsci “o problema deve ser colocado historicamente, isto é, como um aspecto da questão política dos intelectuais”.

Depreende-se disto que a filosofia, a política e a história concatenam-se no interior da “questão política dos intelectuais”, em outros termos, a construção histórica de um movimento cultural expressivo, capaz de operar mudanças significativas nas correlações de forças sociais somente é possível na medida em que, por meio da unidade entre filosofia e política, se forma um novo bloco intelectual e moral, capaz de unificar teoria e prática, intelectuais e simples (Cf. *idem*, p. 1382). De forma que a elite de intelectuais não se define pelo seu contraste em relação à massa, ao contrário, ela se define pela sua ligação orgânica com ela. Sua função é precisamente diretiva e organizativa, movida em direção à criação de novos estratos intelectuais vindos das classes populares. A formação de um novo bloco intelectual-moral a partir da unidade orgânica entre intelectuais e simples caracteriza-se,

assim, como um dos alicerces da filosofia da práxis. Esta – esclarece Gramsci – assume uma posição antitética aos grupos conservadores, em especial aos grupos católicos, na medida em que “afirma o contato entre intelectuais e simples não para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas”, pelo contrário, a filosofia da práxis opera no sentido de tornar politicamente possível “um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (Cf. *idem*, p. 1384-1385).

Gramsci, ao estabelecer um nexo orgânico entre filosofia, política e história insere a criação da elite de intelectuais no interior de uma luta concreta pela conquista de hegemonia entre os grupos antagônicos na sociedade. Para o autor “a compreensão crítica de si mesmo é obtida através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes” (*idem*, p. 1385), de forma que os grupos sociais mais aptos a criar seus próprios intelectuais serão também aqueles mais capazes de universalizar seus interesses de classe para o conjunto da sociedade por meio do consenso em torno de suas demandas, tornando-se efetivamente classe dirigente. Nesta luta de hegemonias, os partidos políticos alcançam um significado central na medida em que “são os elaboradores das novas intelectualidades integrais” (*idem*, p.

1387). Em outros termos, “estabelecido o princípio de que existem dirigidos e dirigentes, governados e governantes (...) os partidos são até agora o modo mais adequado para elaborar os dirigentes e a capacidade de direção” (Q. 15, §4, p. 1753).

De acordo com o autor, os partidos políticos alcançam significado e importância centrais no mundo moderno na medida em que funcionam como veículos de elaboração e difusão de concepções de mundo, isto é, como elaboradores da filosofia e da política adequadas aos grupos sociais (Cf. Q. 11, §12). Neste sentido a relação entre teoria e prática no interior dos partidos deve ser tão estreita quanto mais “vitalmente e radicalmente inovadoras” forem as novas concepções de grupo em relação aos antigos modos de pensar (*idem*). Isto implica em que as classes subalternas, que pretendem substituir os grupos no poder, devem necessariamente – pelo seu caráter inovador e antagônico – construir um bloco intelectual e moral mais compacto.

Essa inovação só pode tornar-se de massa em seus primeiros estágios – adverte o autor – “por intermédio de uma elite na qual a concepção implícita na atividade humana já se tenha tornado, em certa medida, consciência atual e coerente, sistemática e vontade precisa e decidida” (*idem*). A afirmação da necessidade de

uma elite dirigente no partido, de um corpo de intelectuais, portanto, constitui o ponto de partida de um processo que se move no sentido de eliminar as diferenças entre dirigentes e dirigidos. Contudo, tal como a unidade entre teoria e prática, a eliminação da separação entre dirigentes e dirigidos é um devir, ou seja, não pode ser realizada de um salto, mas somente como parte de um processo histórico, neste sentido diz o autor: “uma parte da massa, ainda que subalterna, é sempre dirigente e responsável, e a filosofia da parte precede sempre a filosofia do todo, não só como antecipação teórica, mas também como necessidade atual” (Q. 11, §12, p. 1389).

Parte IV.

Revolução Passiva e Desenvolvimento Capitalista

1.

As revoluções passivas

A atenção ao conceito de revolução passiva vem crescendo, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, desde a segunda metade dos anos 1970, quando o conceito alcançou maior difusão internacional²¹. Nos *Cadernos do Cárcere*, o conceito serviu tanto para analisar o *Risorgimento* – que, como já dissemos, constituiu o processo de formação do Estado unitário italiano no final do século XIX – e para a compreensão do fascismo no início do séc. XX (ambos na Itália), quanto para o exame da produção fordista nos Estados Unidos, que se consolidava no mesmo período do fascismo, cujas notas Gramsci registrou no *Caderno 22 (Americanismo e Fordismo)*.

Em comum, esses três processos históricos, a despeito de serem fenômenos pertencentes a séculos diferentes, possuem as seguintes características: 1. modernização como uma série de reformas moleculares pelo alto; 2. subversivismo esporádico, elementar, não

²¹ Sobre isso consultar ALIAGA; MARANHO, 2020.

orgânico, das massas populares; 3. acolhimento pelo Estado de parte das exigências das classes subalternas; 4. relação importante entre desenvolvimento capitalista nacional e as relações internacionais, e; 5. camada de intelectuais como grupo portador das inovações modernizantes (cf. Q. 4, § 57, 50; Q.10, § 61, 1360; Q. 10II, § 41XIV). O núcleo do conceito se concentra, portanto, no fato de que, a despeito de fomentarem certo progresso das forças produtivas, ocorrem a partir do alto, isto é, via Estado e sem a participação popular permanente e organizada das classes populares. Em outros termos, os três processos caracterizam-se pelo transformismo, pela subalternização das classes populares e pela reprodução, a partir de cima, do conformismo e passividade de massa.

O tema do *Risorgimento*, especificamente, se desdobra em pelo menos duas questões que se referem à revolução passiva na periferia: 1. A relação nacional/ internacional na formação do Estado Italiano; 2. A dificuldade de formação da nação: desigualdades regionais e separação entre intelectuais e simples. Esses temas encontram uma primeira problematização no texto de 1926, “*Alguns temas sobre a Questão Meridional*”, como procuramos mostrar. Posteriormente, nos *Cadernos*, Gramsci fará uma análise mais específica da formação do Estado-

nação italiano a partir do alto e por impulso externo. De acordo com o autor:

“Quando o impulso para o progresso não é estreitamente ligado a um amplo desenvolvimento local que é artificialmente limitado e reprimido, mas é reflexo do desenvolvimento internacional que envia para a *periferia* suas correntes ideológicas, nascidas com base no desenvolvimento produtivo dos países mais evoluídos – o grupo portador de novas ideias não é o grupo econômico, mas a camada dos intelectuais [...]” (Q.10, § 61, p. 1360, grifos nossos).

Essa nota destaca os elementos centrais da formação do Estado capitalista na periferia via revolução passiva: 1. a existência de diferentes temporalidades de desenvolvimento entre centro e periferia (países mais e menos evoluídos do ponto de vista capitalista); 2. o desenvolvimento capitalista na periferia é impulsionado externamente, e; 3. o protagonismo político dos intelectuais em detrimento dos grupos econômicos na periferia. Começaremos tratando do impulso internacional do desenvolvimento da periferia.

2. O impulso internacional na periferia

O tratamento da revolução passiva é um tema central nos *Quaderni* e constitui uma das primeiras preocupações expressas a partir de 1929. A primeira nota foi escrita entre fevereiro e março de 1929 no *Caderno 1*, §44, *Direção política de classe antes e depois da chegada ao governo*. Nesse parágrafo, Gramsci utilizou a fórmula “revolução sem revolução” e só posteriormente²² acrescentou nas margens: “ou revolução passiva segundo a expressão de V. Cuoco”. Ainda nesse mesmo caderno, em nota escrita um ano mais tarde, Gramsci observou que o nascimento dos Estados modernos na Europa se deu como “reação-superação nacional” da Revolução francesa e do napoleonismo e posteriormente acrescentou nas margens “revolução passiva. Alguns meses mais

²² Gerratana (2007) fornece esta informação em nota de rodapé, mas utiliza a expressão “em época posterior”, de modo que não é possível definir quando Gramsci insere esta nota.

tarde, anotou a possibilidade de utilizar o conceito para análise de outros países, além da Itália “que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino” (Q. 4, § 57, p. 504).

Com essas notas Gramsci definiu, ao longo dos anos no cárcere, uma modalidade de revolução que se diferenciava do modelo francês, isto é, daquele que se efetivou a partir do ataque frontal ao poder estabelecido, com sublevações populares organizadas e armadas na Revolução Francesa em 1789. A revolução passiva, portanto, se diferenciaria daquela “ativa” porque na Itália estava ausente a atuação organizada dos estratos populares. Essa modalidade “passiva” não seria – segundo Gramsci – específica apenas da Itália, mas constituiria um traço comum dos Estados europeus nascidos após a Revolução Francesa. Nesse caso, deve-se observar a importância dos fatores internacionais para análise da formação do Estado na periferia (Cf. Q. 1, §44, p. 54). Esses Estados modernos na Europa nasceram, de acordo com Gramsci, como “reação-superção nacional” da Revolução francesa e do napoleonismo. Destarte, a revolução passiva na periferia da Europa foi analisada a partir da articulação entre as condições nacionais e a situação internacional, revelando um processo de reação e impulsão das

transformações políticas e sociais provocado pela Revolução francesa.

A Revolução francesa nos *Quaderni*, definida no longo período de 1789 a 1870, ainda que com momentos de restauração como reação à revolução, aparece, assim, como modelo exemplar de revolução ativa, jacobina, propulsora por “reação” das revoluções passivas na Europa. Especificamente o primeiro período da restauração francesa (a partir de 1815) passa a ser o mais significativo para qualificar o desenvolvimento capitalista na periferia. Isto é, as correntes ideológicas revolucionárias produzidas na França no período de 1789-1814, chegaram à periferia europeia posteriormente, no período de regressão das lutas emancipatórias francesas. Nesse momento, o Antigo Regime recompunha os territórios perdidos para Napoleão, de modo que na periferia europeia, a revolução e a restauração ocorreram concomitantemente. Por essa razão, a modernização foi presidida por frações moderadas, que modernizaram o aparelho de Estado e a base econômica da sociedade, limitando e absorvendo as iniciativas políticas revolucionárias, impedindo, assim, uma modificação radical das relações entre as classes sociais, de modo a garantir a permanência de frações conservadoras do capital fundiário no parlamento, o que Gramsci

chamou de meridionização do Estado, como vimos antes.

De acordo com Gramsci, portanto, nos Estados europeus modernos não nascidos da revolução de tipo jacobino-francês, a modernização do aparelho de Estado ocorreria sem a explosão revolucionária, isto é, sem a mudança radical e violenta das relações sociais e políticas, mas, por meio de ondas reformistas moleculares, que expressavam a conciliação das diferentes frações da burguesia com as velhas classes feudais (cf. Q. 10II, §61, p. 1361). Foi justamente o conjunto de “pequenas ondas reformistas sucessivas [...] sem explosões revolucionárias como aquela originária francesa” a definir um processo de revolução sem revolução. Essas ondas reformistas modernizaram o aparelho de Estado, conservando as antigas classes no poder e ao mesmo tempo absorvendo molecularmente as lideranças das classes subalternas no interior do aparelho estatal, decapitando as massas e, assim, impedindo sublevações violentas vindas de baixo (*idem*).

Aqui se compreende a centralidade dos intelectuais capazes de cimentar estas classes e levar a cabo uma série de reformas burguesas a partir do alto, isto é, a partir dos arranjos e conciliações entre as diferentes frações da burguesia, donde deriva a indiferenciação ideológica entre direita e esquerda, assim como

a exclusão das massas populares da política parlamentar. Destarte, a permanência de elites reacionárias e antiliberais no poder, bem como a existência de enormes diferenças sociais (e regionais) são, sob este ponto de vista, fenômenos produzidos e reproduzidos pela estrutura a partir da qual o Estado burguês se formou, particularmente sensíveis na periferia do capitalismo.

Como se vê, nessas indicações a relação nacional-internacional se tornou uma importante chave de interpretação, de modo que sem que se leve em conta o sistema capitalista internacional não é possível compreender as formas restritas de liberalismo, o subdesenvolvimento, as diferenças regionais e as vias de ação política das classes subalternas na periferia.

3.

Temporalidades e espacialidades

Ao afirmar que na periferia da Europa (Itália, Portugal, Polônia, Espanha, por exemplo) o desenvolvimento capitalista se deu por impulso externo, Gramsci indicou que os diferentes graus e temporalidades de desenvolvimento impactam na “forma” desse desenvolvimento. Em outras palavras, os Estados capitalistas pioneiros desenvolveram tecnologias e relações sociais mais dinâmicas, o que implicou no aceleração do tempo da produção material e cultural. Habilitaram-se, assim, a dirigir o processo internacional de desenvolvimento político e socioeconômico, sendo capazes, portanto, de exercer domínio e direção sobre os demais. Em outros termos, estamos diante da reprodução das relações de hegemonia e subalternidade em escala internacional. Esse processo, que fomentou, de acordo com Gramsci, o desenvolvimento de revoluções passivas nos Estados europeus de formação tardia, se reproduz em escala mundial, sendo aplicável também em relação aos Estados de “formação derradeira” na América Latina, como afirma José Aricó (1998).

Para Aricó (1988, 1998) o núcleo do problema para compreender as revoluções burguesas latino-americanas (em especial aquelas que se efetivaram via revolução passiva) está fundado na análise dos limites da autonomia nacional em função da dependência externa. A particularidade latino-americana da revolução pelo alto, do protagonismo do Estado e dos seus intelectuais – determinada pela inserção tardia no sistema capitalista internacional, que define a problemática do imperialismo e da dependência –, foi por muito tempo embotada pelas interpretações da periferia como atrasada, semifeudal, semicolonial, seja no âmbito da universidade, seja no âmbito político-partidário. Essas interpretações tomavam o desenvolvimento europeu padrão único e universal de desenvolvimento capitalista, a partir do qual seriam as classes e não o Estado as protagonistas principais do desenvolvimento capitalista também na América Latina²³. Essa percepção eurocêntrica da América Latina acabou por subvalorizar as especificidades da periferia latino-americana, especificidades essas que o conceito de revolução passiva poderia iluminar.

Nesse sentido, Francisco de Oliveira (2003, p. 126-127) já observou há bastante

²³ Sobre isso consultar MASSARDO, 1999.

tempo que o subdesenvolvimento latino-americano poderia ser analisado como um caso da revolução passiva, como fizeram Carlos Nelson Coutinho e Luís Werneck Vianna. Esses autores, contudo, não levaram em conta de modo consequente as especificidades da periferia, isto é, não trataram, por exemplo, da reprodução das estruturas coloniais e da superexploração da força de trabalho, que ainda guardam laços com o escravismo. Essa observação de Oliveira é pertinente na medida em que as condições específicas da colônia brasileira – o latifúndio, a escravidão e a economia voltada para fora –, que lhe imprimiram características dependentes desde sua formação, não foram suficientemente examinadas na produção gramsciana sobre a revolução passiva

Como se vê, há claramente uma lacuna nos estudos gramscianos sobre a revolução passiva na periferia, especialmente na periferia latino-americana, que se referem tanto ao colonialismo quanto à dependência e ao imperialismo, temas que se articulam a partir do eixo nacional-internacional. Em estudos recentes, entretanto, encontramos uma importante conexão entre a análise da revolução passiva e a concepção de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, trazendo a lume a importância de se considerar as

diferentes “espacialidades” entre centro e periferia do sistema capitalista (cf. MORTON, 2013). Ao tratar da revolução passiva como uma “teoria viajante” que se expressa de modos diferentes de acordo com a geografia e o tempo, Morton abriu caminho para pensar as categorias de Imperialismo e dependência na América Latina, embora esse não fosse o seu objetivo.

De todo modo, o autor chamou a atenção para o fato de que as relações nacionais se desenvolvem no interior das relações internacionais, e são inseparáveis destas. Esses elementos importantes estão presentes no pensamento de Gramsci principalmente nas análises da revolução passiva (cf. MORTON, 2020). Como fica evidente, o problema da relação nacional-internacional indicado por Gramsci no cárcere ao tratar da revolução passiva, que na América Latina se traduz nas problemáticas sobre colonialismo, dependência e imperialismo, ainda não foi suficientemente explorado, indicando que há um campo de estudos a ser investigado e desenvolvido.

4.

O protagonismo dos intelectuais

O desenvolvimento socioeconômico e político cujo centro dinâmico é externo causa impactos sensíveis na formação da nação e de sua intelectualidade na medida em que ele insere expressivas dificuldades de integração regional, assim como o distanciamento entre intelectuais e nação, ou, pode-se dizer, entre governantes e governados. Essas circunstâncias estão solidamente conectadas à centralização burocrática do Estado que resulta do processo de modernização via revolução passiva. Como dissemos antes, com a unificação da Itália as duas partes da península foram colocadas em contato íntimo, mas ao contrário desta situação resultar em desenvolvimento para ambas, o que ocorreu – devido a centralização político-administrativa –, foi a “emigração de todo dinheiro líquido do *Mezzogiorno* para o *Settentrione*”.

Esse desenvolvimento desigual entre as regiões da Itália, que definiram a “questão meridional”, isto é, uma oposição entre Norte e Sul e que se sobrepôs e velou a real oposição entre capital e trabalho, criou preconceitos úteis

a dominação burguesa de matriz conservadora, minou as chances de organização política unitária entre camponeses e operários e, desse modo, garantiu a reprodução reiterada da subalternidade dos trabalhadores do campo e da cidade. Assim como a Itália, o Brasil é um Estado formado pelo alto que mantém sua questão regional entre o Norte e Nordeste, de formação agrária, e o Sul e Sudeste, mais industrializados, definindo uma modalidade de “colonialismo interno”. De acordo com Florestan Fernandes (1975):

“a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e desenvolvimento de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder” [acarretou na] “existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como ‘colonialismo interno’”.

Os centros externos de poder (seja a França, seja a Inglaterra, sejam os EUA na contemporaneidade), portanto, ao mesmo tempo em que influenciaram a constituição da

democracia liberal na periferia, fixaram os limites do seu desenvolvimento socioeconômico e político. Enquanto no centro do sistema capitalista em formação, as revoluções tiveram seu núcleo dinâmico na sociedade civil, entre os grupos até então subalternos que constituíam a nascente burguesia, na periferia o processo de modernização foi presidido pelo alto, pelo Estado, com a absorção molecular das lideranças das classes subalternas no interior da burocracia, definindo um modelo restrito de liberalismo e de democracia, acompanhado pela manutenção da superexploração do trabalho mesmo após o fim do estatuto da escravidão, que se perpetuou por meio do racismo.

Esse processo resultou no maior protagonismo dos intelectuais (principalmente os funcionários de Estado) e menor organização das classes sociais subalternas, definindo sua “ausência” ativa e organizada nos processos de formação do Estado. Desse modo, torna-se evidente que o problema da ausência de expressão da vontade das massas está diretamente relacionado à profunda centralização e burocratização da sociedade política. A alienação política popular, expressas pela notável distância que se estabeleceu entre dirigentes e dirigidos, ou, pode-se dizer entre intelectuais e simples, resultou da formação pelo alto e da conseqüente centralização do poder

político e econômico. Deve-se notar, nesse sentido, que a formação do Estado a partir de transformações moleculares pelo alto, que não afetam profundamente o *status quo ante*, isto é, a partir da revolução passiva, têm impactos diretos sobre a formação dos quadros intelectuais nacionais.

De acordo com Gramsci (Q. 19, §24, p. 2010), a vida política italiana foi definida pelos recorrentes processos de absorção no governo (ou aos grupos que o apoiavam ou sustentavam) dos quadros intelectuais populares ou de oposição – processo que ficou conhecido na Itália como *transformismo*, como expusemos em capítulos anteriores. Por meio desse processo, a classe dirigente italiana se definiu e se ampliou a partir dos “quadros fixados pelos moderados”. Isso quer dizer que o conjunto dos intelectuais, mesmo os de oposição, passaram a agir dentro dos limites fixados pela política dos conservadores, de modo que os ganhos democráticos – conquistados lentamente – estiveram sempre muito aquém das reivindicações dos grupos mais radicais.

A construção de uma racionalidade burocrática e elitista no Brasil teve como forte componente – ainda que não único – o acomodamento dos intelectuais ao *status quo*, que os conservou política e socialmente distantes das necessidades das grandes massas

da população. A forma da modernização burguesa periférica se efetivou de maneira desigual no território nacional, isto é, a intensidade e o modo como ocorreu nas zonas centrais e periféricas se distinguiram sensivelmente. Desse modo, as contradições foram ainda mais acirradas nas regiões periféricas, constituindo-se periferias da periferia, ou um colonialismo interno.

A subalternidade regional, assim, seja socioeconômica, seja cultural ou política é, portanto, resultado de processos históricos complexos de longa duração, sustentados por relações sociais de forças que se reproduzem ao longo dos séculos, para as quais a atuação dos intelectuais constitui um elemento de importância central. Nesse sentido, a questão regional é, a um só tempo, produto da atuação cultural e política de parte da intelectualidade brasileira e entrave ao próprio projeto intelectual de construção de uma identidade nacional. Em outros termos, a revolução passiva tem como consequência o fortalecimento do aparelho burocrático e militar do Estado e, ao mesmo tempo, o enfraquecimento da sociedade civil e de seus aparelhos de hegemonia²⁴.

²⁴ Para um tratamento mais detido do tema ver WANDERLEY; ALIAGA, 2021.

Isso redundava na assimilação do intelectual no interior da burocracia de Estado, e, desse modo, ele se torna sobretudo um difusor das suas ideologias, abrigo-se “à sombra do poder” (COUTINHO, 1980, p. 74), bloqueando a constituição de um movimento nacional-popular. Isso resultou numa democracia restrita, na assimilação do intelectual no interior da burocracia de Estado e, conseqüentemente, no afastamento entre intelectuais e setores populares. Desse modo, os intelectuais brasileiros – mesmo aqueles da oposição – se tornaram, assim como os italianos, difusores das ideologias oficiais, apartadas das necessidades populares e, desse modo, entraves para a constituição de uma vontade nacional-popular, necessária para constituição de uma nova hegemonia, nascida a partir de baixo.

5. **Crise orgânica e fascismo**

Como dissemos antes, à semelhança do *Risorgimento*, o fascismo é também uma forma política da revolução passiva. Seus condicionantes imediatos, contudo, diferem de modo não negligenciável das condições históricas e políticas do século XIX e definem os contornos específicos do regime reacionário dirigido por B. Mussolini. Apesar das importantes bases estruturais e culturais comuns, no curto espaço de tempo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, significativos eventos políticos e socioeconômicos se impuseram, como a aceleração do desenvolvimento capitalista e o conseqüente acirramento imperialista da competição mundial entre as potências centrais, que desembocaram na I Guerra Mundial (1914-1918), assim como a crise econômica e política causadas pela guerra e agravadas pela polarização ideológica fomentada pela Revolução russa em 1917.

Em 1917, entre os mais graves problemas econômicos causados na Itália pela guerra, estavam a carestia de gêneros

alimentícios básicos e a inflação que corroía salários. Eles, de fato, constituíram o estopim das manifestações ocorridas nos centros industriais da Itália, especialmente em Turim. Estas manifestações, contudo, se ampliaram nas reivindicações pelo fim da guerra e se politizaram com as notícias que chegavam da Rússia revolucionária (cf. DIAS, 2000). Nesse momento a cisão no interior do PSI entre uma ala à direita, reformista, e outra à esquerda, revolucionária, aprofundou-se. As lideranças à direita (tanto do Grupo Parlamentar Socialista – Cláudio Treves, Filippo Turati, entre outros, como os dirigentes sindicais, entre eles, Bruno Buozzi, secretário da FIOM - *Federazione Impiegati Operai Metallurgici*) procuravam, desde as primeiras manifestações, meses antes, conter as mobilizações e canalizar institucionalmente as tensões sociais. Esse fator foi decisivo para o fim da revolta operária que, sem direção, foi sufocada pelas forças repressivas (*idem*).

Os conselhos de fábrica, que se organizavam desde o início do século, passaram, então, a ser alvo dos capitalistas organizados na Amma (*Associazione tra gli industriali metallurgici meccanici ed affini*), Confindustria e FNSIM (*Federazione Nazionale Sindacale della Industria Meccanica*). A direção do empresariado, desse modo, buscava desarticular os conselhos porque eles estavam se transformando em

organismos políticos, extrapolando, assim, funções meramente econômicas e corporativas. Isso, evidentemente favorecia a organização política operária. Nesse sentido, era imperativo atacar a formação da autonomia e da capacidade de decisão do operariado, fundamentais para a preparação da revolução.

A luta entre capitalistas e proletariado, no entanto, permaneceu em escalada crescente até que em setembro de 1920 estouraram as ocupações de fábrica. Em Turim o movimento se massificou auxiliado pelo grupo do *Ordine Nuovo* (revista político cultural organizada por Gramsci, Palmiro Togliatti, Umberto Terracini, militantes do PSI) e pelo *Il Soviet* (organizado por Amadeo Bordiga, também do PSI). A resistência, contudo, durou somente até início de outubro de 1920, quando o governo e as lideranças reformistas do movimento socialista acordaram o fim do movimento e a retomada da atividade industrial, com claros prejuízos para os trabalhadores. De acordo com Dias (2000), entretanto, os industriais entenderam que não necessitavam ter cedido tanto nesses acordos. A partir disso, compreenderam o risco da organização popular assim como os limites do Estado liberal para coibi-la, isto é, a via das negociações e a possibilidade legal de organização dos trabalhadores em detrimento do uso direto e reiterado da força como recurso preferencial,

característicos do Estado liberal, pareciam não servir mais. Como observa Edmundo Dias (2000, p. 270), nesse momento “estavam criadas as condições para o fortalecimento do fascismo”, que naquele momento já se organizava nos *Fasci di Combattimento* sob a direção de Mussolini e que se consolidaram como direção do Estado pouco depois, em 1922, com a marcha sobre Roma.

Como fica evidente, a solução de força oferecida pelo fascismo não estava em contradição com as ambições do empresariado industrial e com as necessidades de restabelecer a ordem burguesa. A superação da crise que se aprofundava ao mesmo tempo na economia, nas relações sociais e na política, engendrada pela guerra e politizada pela Revolução russa, era urgente. Importante esclarecer que não se tratava de uma crise conjuntural, mas de uma crise orgânica. De acordo com Gramsci, a crise orgânica, que também pode ser chamada crise de hegemonia, não se caracteriza apenas pela sua duração, mas principalmente pela profundidade e extensão do abalo estrutural e superestrutural de uma formação social (cf. CASTELO, 2012). A crise orgânica, portanto, define-se pela perda da capacidade de direção do Estado, de modo que o elemento de consenso se torna apenas um aspecto da coerção (cf. Q. 3, § 34, p. 311). Gramsci, assim, aponta a estreita

ligação entre a crise e a solução de força pelo alto, que pode ser efetivada por um golpe de Estado. De acordo com o autor:

“Ocorre quase sempre que um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado” (Q. 3, §48, p. 328).

Desse modo, diante de uma crise prolongada e da insatisfação das classes populares sem uma direção consciente capaz de sintetizar e canalizar as reivindicações econômico-corporativas em pautas políticas aptas a criar um movimento popular organizado e coeso, abre-se a possibilidade de golpes de Estado, oportunidades para que grupos reacionários consigam aprofundar sua influência na política. A solução para a crise, portanto, quando não se equaciona em sentido progressista, popular, pode vir a ser resolvida regressivamente, pelo

alto, isto é, pode ocorrer por meio de um golpe de Estado aberto ou por meio de um líder carismático, sem ruptura formal das instituições liberais, mas com caráter autoritário. No caso da Itália, o fascismo foi, na leitura gramsciana, uma solução pelo alto para a resolução da crise de hegemonia (cf. FELICE, 1978) que se arrastava desde pelo menos o final da Primeira Guerra.

Para compreender o fascismo não se pode, portanto, criar uma falsa oposição entre liberalismo e fascismo, racionalidade e irracionalidade, civismo e monstrosidade (cf. FRESU, 2019). De acordo com Fresu, o fascismo foi um movimento social e uma ideologia original historicamente determinada, fruto de condições sociais e culturais específicas, “funcionais à determinadas exigências de classe” (*idem*, p. 45). A superação dessa crise pelo fascismo foi, como fica evidente, uma solução conservadora no âmbito das classes dominantes que logrou manter a dominação das frações hegemônicas do capitalismo mundial, de caráter imperialista e colonialista. É neste sentido que Fresu afirma: “o fascismo resulta da opressão da liberdade individual a fim de intensificar a exploração e a expropriação do trabalho para a acumulação intensiva do capital” (*idem*, p. 36).

Gramsci se referiu ao fascismo na Itália como uma “forma de revolução passiva própria do século XX” (Q. 8, § 236, p. 1089). O autor

atribuiu o mesmo sentido ao fordismo no *Caderno 22 (Americanismo e Fordismo)* (Cf. Q. 22, §1, p. 2140). O fordismo norte-americano foi considerado por Gramsci uma forma de revolução passiva que respondia à Revolução de 1917, acolhendo elementos de programação econômica na tentativa de conservar o capitalismo. Em síntese, tanto o fascismo como o fordismo foram, de acordo com Gramsci, formas conservadoras próprias do século XX, como reações e respostas pelo alto à crise de hegemonia aberta pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução Russa, sustentando a ordem, modernizando de formas variadas o aparelho produtivo e, ao mesmo tempo, mantendo as massas na passividade e na obediência.

Quase uma Conclusão

Após a libertação do regime fascista na Itália, Gramsci foi homenageado no parlamento pela sua militância antifascista. A partir daí, sua presença passou a ser cada vez mais constante na produção editorial da época, não apenas nos círculos socialistas e comunistas, mas também na cultura liberal do sec. XX. Desse modo, a teoria política gramsciana, de modo geral, foi capaz de extrapolar os limites das reflexões específicas do circuito comunista, inserindo-se em diferentes campos disciplinares como antropologia, filosofia, história, geografia, educação, comunicação, crítica literária e nos estudos culturais e pós-coloniais.

Sua presença nas décadas 1960 e 1970, no entanto, foi marcada por contextos de intensas lutas no mundo todo, em função das ditaduras militares na América Latina, das lutas anticoloniais e das mobilizações por direitos civis em diferentes continentes.

Essas condições favoreceram usos imediatamente políticos da obra gramsciana, que, em grande medida, operaram significativas cisões entre a filosofia e a ação política concreta de Gramsci, resultando comumente em leituras

parciais e fragmentárias. A despeito disso, ainda na década de 1970, notou-se um extraordinário adensamento quantitativo e qualitativo da produção gramsciana.

Entre as publicações mais expressivas na Europa podemos citar de L. Paggi, *Gramsci e o moderno Príncipe* (1970), a já citada edição crítica dos *Cadernos do Cárcere* (1975), organizada por Valentino Gerratana, *Gramsci e o Estado* (1975) de Christine Buci-Gluksmann, *Gramsci e a concepção de sociedade civil* (1975), de Norberto Bobbio, entre outras. Obras que ainda hoje são importantes referências nos estudos gramscianos. Na América Latina, segundo Aricó (1988, p. 83), a partir de 1970, o “conhecimento da obra de Gramsci progrediu de maneira constante e significativa entre os intelectuais e cientistas sociais”. Nesse movimento, os conceitos próprios de elaboração gramsciana se transformaram numa “espécie de senso comum não só do discurso mais estritamente intelectual, mas também do discurso político da esquerda – e não só desta”.

No Brasil, especificamente, notou-se a partir dos anos e 1970, uma significativa penetração de Gramsci nas Ciências Sociais. Entre os trabalhos significativos, podemos citar: F. Weffort, “Participação e conflito industrial (1972); Luiz W. Vianna. *Liberalismo e Sindicato no Brasil* (1976); Renato Ortiz, “Gramsci:

Problemas de Cultura Popular" (1980); J. G. Merquior. *O Marxismo Ocidental* (1987); O. S. Ferreira. *Os 45 Cavaleiros Húngaros. Uma Leitura dos Cadernos de Gramsci* (1986). Além da academia, o autor circulou também na imprensa paulista e carioca que passou a publicar pequenos artigos sobre o autor (cf. SECCO, 2002, p. 52).

Nas últimas décadas do século XX, o par temático hegemonia/subalternidade ganhou um novo impulso e dimensão internacional principalmente em função dos *Subaltern Studies*²⁵, que trouxeram novamente a “questão meridional” para o cerne das investigações. Como ressalta Tarascio (2012), esses novos estudos conduzidos fora da Itália suscitaram leituras do meridionalismo gramsciano, de modo que os temas da *Questão Meridional* passaram a ser tratados em conexão direta com o *Caderno 25 (Às margens da história. História dos grupos sociais subalternos)*, provocando um renovado interesse sobre o tema. Desse modo,

²⁵ Sobre isso consultar Góes (2014). O termo ficou conhecido por meio da produção acadêmica de um grupo de intelectuais que se dedicou à investigação da história política e social indiana no final dos anos 1970. Entre os expoentes mais importantes desta primeira geração dos *Subaltern Studies*, Góes cita Ranajit Guha, Dipesh Chakrabarty, Partha Chatterjee e Gayatri Chakravorty Spivak.

assistiu-se a uma notável difusão do pensamento do autor, que se espalhou por quatro continentes. Além da Europa, alcançou também o continente latino-americano, asiático e africano.

A difusão do pensamento de Gramsci está, portanto, em curso. Cada vez mais e com maior rapidez e facilidade entramos em contato com estudiosos e bibliografias importantes dentro e fora do Brasil. Contudo, todo esse conhecimento da política, esta “ciência da política”, como dizia o autor, permanece inerte e infrutífera se não se torna também “arte política”, ou, em outros termos, o conhecimento da realidade efetiva das coisas importa somente se se realiza como uma filosofia vivente. Mãos à obra!

Para começar a ler Gramsci

Sugestões de leitura e material de apoio

DIAS, E. F. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

DIAS, E. F. “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos”. In *Revista Ideias*, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994, p. 111-138.

DEL ROIO, M. *Os prismas de Gramsci: a fórmula da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FRESU, F. *Antonio Gramsci, o Homem Filósofo: uma biografia intelectual*. Tradução Rita Matos Coitinho, 1ª. Edição, São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAMSCI, A. *A questão Meridional*. Antologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIGUORI, G.; VOZA, P (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo, Boitempo, 2017.

RAPONE, Leonardo. *O Jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos 1914-1919*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Astrogildo Pereira, 2014.

Bibliografia

ALIAGA, L. “Revolução passiva e revolução-restauração: dois conceitos em construção”. In Galastri, L.; Del Roio, M. *Gramsci e a verdade efetiva das coisas*. São Paulo: Expressão Popular, 2021 (no prelo).

ALIAGA L.; MARANHO, F. P. “Revolução Passiva e Dependência no Brasil”. In NASCIMENTO, A.; NUNES, E. FIDELIS, T. (Org.). *Economia, Política e Dependência: contribuições para a análise do Estado e da superexploração*, v.01, p. 261-303, 2020.

ALIAGA, L. *Gramsci e Pareto. Ciência, História e Revolução*. Curitiba: Appris, 2017.

ALIAGA, L. “Maquiavel e os maquiavelismos na tradição do realismo”. In SALATINI, R; DEL ROIO, M. *Reflexões sobre Maquiavel*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

ANDERSON, P. *Brasil à parte*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANDREA, G. D.; GIASI, F. (org.). *Il Mezzogiorno e l'Italia*, Roma: Studium, 2013.

ALBERTONI, Ettore. A. *La teoria della classe politica nella crisi del parlamentarismo*. Milano: Istituto editoriale Cisalpino, 1968.

AQUECI, Francesco. “Nord e Sud, America e Italia, la questione meridionale in due grandi nazioni industriali”. *Paradigmi. Rivista di critica filosofia*, n.º 3, 2014.

ARICÓ, J. *La cola del diablo. Itinerário de Gramsci na América Latina*. Buenos Aires: Punto Sur Editores, 1988.

ARICÓ, J. “Por que Gramsci na América Latina?”. In *Gramsci no Brasil*, 1998. Disponível em www.acesa.com. Acessado em 04/01/19.

BIANCHI, A. *O Laboratório de Gramsci. Filosofia, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BIANCHI, A. Croce, Gramsci e a “autonomia da política”. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, 29, p. 15-30, nov. 2007.

BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. “Brazil: the Lula government and financial globalization”. *Social Forces*, Chapel Hill, v. 83, n.º 4, 2005.

BOBBIO, N. *Saggi su Gramsci*. Milano, Feltrinelli, 1990.

BUKHARIN, N. *Tratado de materialismo histórico*. Lisboa: Centro do livro brasileiro, s/d.

CAMMARANO, Fulvio. *Storia dell'Italia liberale*. Roma-Bari: Laterza, 2011.

CASTELO, R. “Gramsci e o conceito de crise orgânica”. *Revista Margem Esquerda* n°. 19. São Paulo: Boitempo editorial, out/ 2012.

CATONE, A. “Gramsci, Bucharin e la scienza”. In MUSITELLI, M. (org.). *Gramsci e la scienza. Storicità e attualità delle note gramsciane sulla scienza*. Trieste: Istituto Gramsci Friuli Venezia Giulia, 2008.

CERRONI, U. *Teoria política e socialismo*. Lisboa: Europa-America, 1976.

CINGARI, Salvatori. “Antonio Gramsci, il trasformismo e l'Italia della globalizzazione”. *Italia contemporanea*, n. 266, março, 2012.

COSPITO, G. “EGEMONIA”. In ____ *Il ritmo del pensiero. Per una lettura diacronica dei “Quaderni del carcere” di Gramsci*, Bibliopolis, Napoli 2011.

COSPITO, G. “O marxismo soviético e Engels. O problema da ciência no Q. 11”. In AGGIO, A.; HENRIQUES, L. S.; VACCA, G. (orgs.). *Gramsci*

no seu tempo. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, coedição Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

COSPITO, G. “Gli strumenti logici del pensiero: Gramsci e Russell”. In MUSITELLI, M. (org.). *Gramsci e la scienza. Storicità e attualità delle note gramsciane sulla scienza*. Trieste: Istituto Gramsci Friuli Venezia Giulia , 2008.

COSPITO, G. “Gramsci e Marx”. In ALBARANI et all. *Gramsci e la storia d’Italia*. Milão: Unicopli, 2008a.

COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaio sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, C. N. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 89-101.

COUTINHO, C. N. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (org). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 103-127.

COUTINHO, C. N. *A Democracia Como Valor Universal*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980, p. 17-84.

CROCE, B. *Ética y Política*. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1952.

DEL ROIO, M. Os prismas de Gramsci: a fórmula da frente única (1919-1926). São Paulo: Boitempo, 2019.

DEL ROIO, M. “Gramsci e a emancipação do subalterno”. *Revista de Sociologia política* n° 29, 2007.

DIAS, E. F. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

DIAS, E. F. “Hegemonia: racionalidade que se faz história”. In DIAS, E. F. et alli. *O outro Gramsci*. São Paulo, Xamã, 1996.

DIAS, E. F. “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos”. In *Revista Ideias*, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994, p. 111-138.

DI BIAGIO, A. “Hegemonia leninista, hegemonia gramsciana”. In AGGIO, A.; HENRIQUES, L. S.; VACCA, G. (Orgs.). *Gramsci no seu tempo*.

Brasília: Fund. Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

DONZELLI, C. *Quaderno 13. Noterelle sulla política del Machiavelli - introduzione e note.* Torino: Piccola Biblioteca Einaudi, 1981.

D'ORSI, A. *Il nostro Gramsci. Antonio Gramsci a colloquio con i protagonisti della storia d'Italia,* Roma: Vella, 2011.

D'ORSI, A. "Fascismo". In _____ (org.). *Gli "ismi" della política.* Roma: Viella, 2010.

D'ORSI, A. *Allievi e Maestri. Università di Torino nell'Otto-Novecento.* Torino: Celid, 2002.

FELICE, F. "Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci". In FERRI, F. (org.). *Política e História em Gramsci.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERNANDES, R. C. F. O partido revolucionário e sua degeneração: a crítica de Gramsci a Michels. Outubro (São Paulo), v. 1, p. 191-217, 2014.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil.* Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1974.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América latina*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2^a ed., 1975.

FILIPPINI, M. “Gramsci e le Scienze Sociali”, in *Atti del III Convegno della IGS: “Antonio Gramsci, un sardo nel ‘mondo grande e terribile’”*, Cagliari-Ghilarza-Ales, 2007. Disponível em www.igsitalia.it. Consultado em 16/07/2010.

FILIPPINI, M. *Una filologia della società. Antonio Gramsci e la scoperta delle scienze sociale nella crise dell’ordine liberale*. Tesi di Dottorato di ricerca. Bologna: Università di Bologna, 2008.

FILIPPINI M. *Using Gramsci: a new approach*, London, Pluto, 2017.

FIORI, G. *Vita di Antonio Gramsci*, Bari: Laterza, 2008.

FRANCIONI, G. *L’Officina Gramsciana: Ipotesi sulla struttura dei “Quaderni del Carcere”*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.

FRESU, G. *Antonio Gramsci, o Homem Filósofo: uma biografia intelectual*. Tradução Rita Matos Coitinho, 1^a. Edição, São Paulo: Boitempo, 2020.

FRESU, G. “Civilização Ocidental, Ideologia Colonial e Fascismo”. IN *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 11, n. 2, p. 36-46, abr. 2019.

FRESU, G. *Lênin Leitor de Marx: Dialética e determinismo na história do movimento operário*. 1ª. Edição. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2016.

FROSINI, F. *La religione dell'uomo moderno. Politica e verità nei Quaderni del Carcere di Antonio Gramsci*. Roma: Carocci, 2010.

GALASTRI, Leandro. “Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política”. In *Revista Crítica Marxista* n°. 39, São Paulo: Unesp, 2014.

GERRATANA, V. “Prefazione; Cronologia della vita di Antonio Gramsci”, in GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, v. 1, Torino: Einaudi, 2007.

GERRATANA, V. “Apparato critico”, in GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, v. 4, Torino: Einaudi, 2007a.

GÓES, Camila M. *Existe um pensamento político subalterno? Um estudo sobre os Subaltern*

Studies: 1982-2000. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2014.

GRAMSCI, A. “Il Mezzogiorno e la guerra”, *Il Grido del popolo*, 1º Abril 1916. In____. *La questione meridionale*. Molinara: West Indian, 2014.

GRAMSCI, A. “Il Mezzogiorno e il facismo”, *L’Ordine Nuovo*, 15 Março 1924. In____. *La questione meridionale*. Molinara: West Indian, 2014b.

GRAMSCI, A. “La relazione di Gramsci sul III Congresso (Lione)”, *L’Unità*, 24 Fevereiro 1926. In____. *La questione meridionale*. Molinara: West Indian 2014c.

GRAMSCI, A. “Alcuni temi dela questione meridionale”, *Lo Stato operaio*, Janeiro 1930. In____. *La questione meridionale*. Molinara: West Indian 2014d.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere: edizione critica dell’Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana*, Torino: Einaudi, 2007.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, 6 vols., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. *Cronache torinesi. 1913-1917*, a cura di Sergio Caprioglio, Torino: Einaudi, 1980.

GRAMSCI, A. *Lettere dal carcere*. Torino: Einaudi, 1977.

GREEN, M. "Rethinking the subaltern and the question of censorship in Gramsci's Prison Notebooks". *Postcolonial Studies*, Vol. 14, No. 4, 2011.

KANOUSI, D. *Los cadernos filosóficos de Antonio Gramsci: de Bujarin a Maquiavelo*, México: Plaza y Valdés, 2007

KANOUSI, D. "Nota breve sul Machiavelli dei Quaderni del Carcere", in *Atti del III Convegno della IGS: "Antonio Gramsci, un sardo nel 'mondo grande e terribile'"*, Cagliari-Ghilarza-Ales, 2007. Disponível em www.igsitalia.it. Consultado em 16/07/2010.

KANOUSI, Dora e MENA, Javier. *La revolución pasiva: una lectura a los Cuadernos de la Cárcel*. México D.F.: Universidad Autónoma de Puebla, 1985.

LABRIOLA, "Discorrendo di socialismo e di filosofia". In *Saggi sul materialismo storico*. Roma: Riuniti, 1977.

LIGUORI, G.; VOZA, P (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo, Boitempo, 2017.

LIGUORI, G. *Gramsci conteso. Interpretazioni, dibattiti e polemiche (1922-2012)*. Roma: Riuniti, 2012.

LIGUORI, G. “Tre accezioni di ‘subalterno’ in Gramsci”. *Critica Marxista*, Roma, n. 6, 2011.

LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dizionario Gramsciano 1926-1937*, Roma: Carocci, 2009.

LIGUORI, Guido. “Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci”. *Revista Novos Rumos*, n. 46, 2006.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

MARTELLI, M. *Gramsci, filosofo della política*. Milano: Unicopli, 1996.

MARTINS, C. B. *O que é Sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MARX, K. “Posfácio da Segunda Edição”. In _____. *O Capital*, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*, livro III, tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. “Teses sobre Feuerbach”. In *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. “O método da economia política”, tradução de Fausto Castilho. In *Crítica Marxista*, no. 30, p. 103-125, 2010.

MASSARDO, J. “La recepción de Gramsci em America Latina: cuestiones de orden teórico y político”. *International Gramsci Society Newsletter*, n.º. 9, Mar, 1999.

MEDICI, R. *La metáfora machiavelli – Mosca, Pareto, Michels, Gramsci*. Modena: Muchi, 1990.

MEDICI, R. *Giobbe e Prometeo – Filosofia e Política nel Pensiero di Gramsci*, Firenze: Alínea, 2000.

MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

MODONESI, M. *Rivoluzione Passiva*. Antologia di studi gramsciani. Milano: Unicopli, 2020.

MORTON, A. D. “Aspettando Gramsci. Rivoluzione passiva e relazioni internazionali”. In MODONESI, M. *Rivoluzione Passiva*. Antologia di studi gramsciani. Milano: Unicopli, 2020.

MORTON, A. D. “Viajando con Gramsci La espacialidad de la revolución pasiva”. In MODONESI, M. (coord.). *Horizontes gramscianos*. Estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci. México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales UNAM, 2013.

MUSITELLI, M. (org.). *Gramsci e la scienza. Storicità e attualità delle note gramsciane sulla scienza*. Trieste: Istituto Gramsci Friuli Venezia Giulia , 2008.

PAGGI, L. *Le strategie del potere in Gramsci*. Roma: Riuniti, 1984.

PROCACCI, G. *Storia degli italiani*. Roma-Bari: Laterza, 1975.

RAPONE, L. *O Jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos 1914-1919*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Astrogildo Pereira, 2014.

ROBERTS, P. “Gramsci in Brazil: From the PCB to the MST”. *Thesis Eleven*, 147(1), p. 62-75, 2018.

ROCCU, R. “Passive revolution revisited: From the Prison Notebooks to our ‘great and terrible world’”. *Capital & Class*, Vol. 41(3), 2017.

ROCHA, C. “‘Imposto é Roubo!’ A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol.62(3), 2019.

SECCO, L. *Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez, 2002.

SECCO, L. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

SEMERARO, G. “Subalternos e periferias: uma leitura a partir de Gramsci”. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 4, n. 1, jun. 2012.

SEMERARO, G. “Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do caderno 25”. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 35, n. 126, p. 61-76, jan.-mar. 2014.

SUPPA, S. “Cavour, Camillo Benso, conte di”. In LIGUORI; G.; VOZA, P. (org.). *Dizionario gramsciano. 1926-1937*. Roma, Carocci, 2009.

TARASCIO, G. “Gramsci e la questione meridionale. Genesi, edizioni e interpretazioni”. *Historia Magistra - Rivista di Storia Critica*, ano IV, n. 9, 2012.

URBINATI, N. “From the periphery of modernity. Antonio Gramsci's Theory of Subordination and Hegemony”. *Political Theory*, Vol. 26, no. 3, Jun., 1998.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIANNA, L. W. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VOZA, P. “Mazzini, Giuseppe”. In LIGUORI; G.; VOZA, P. (org.). *Dizionario gramsciano. 1926-1937*. Roma, Carocci, 2009.

VOZA, P. *Gramsci e La “continua crisi”*, Roma: Carocci, 2008.

WANDERLEY, H.; ALIAGA L. “Os intelectuais e a questão nordestina”. *Agenda política*, v.9, p.42 – 66, 2021.

WOOLF, S. J. “La storia politica sociale”. In AAVV. *Storia d'Italia. Dal primo Settecento all'unità*. Torino: Einaudi, v. 3, 1973.

Sobre a Autora

Luciana Aliaga é doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio doutoral na Università degli Studi di Torino.

Professora de Ciência Política no departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Programa de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/ UFPB).

É membro do Coletivo Representativo das/os docentes em Luta da UFPB (CORDEL), líder do grupo de pesquisa Materialismo e Modernidade, membro do Comitê Editorial da revista Crítica Marxista e Secretária da International Gramsci Society - Brasil (IGS-Br, 2020-2021).

Atua na área de teoria e pensamento político e análise marxista da política. Autora do livro Gramsci e Pareto: Ciência, História e Revolução (Appris, 2017).

Posfácio

Uma joia, condensada e bem lapidada, tanto mais preciosa por ser acessível a um público amplo. Pode ser resumido assim o livro valioso de Luciana Aliaga que o/a leitor/a tem em mãos. Mais do que um livro, na verdade, trata-se de um mapa fundamental, desenhado por uma talentosa estudiosa de Gramsci e oferecido para quem se aventura a navegar na galáxia de um dos maiores pensadores do século XX, cujo impacto na atualidade se aprofunda pela difusão dos seus escritos e a bibliografia que se multiplica em todos os continentes. O que se encontra nessas páginas, no entanto, não é só útil para quem se inicia à leitura de Gramsci, auxilia também quem está familiarizado com um autor poliédrico e complexo, repleto de surpreendentes ressonâncias conceituais e de horizontes teóricos e políticos desafiadores.

O título sugestivo do livro remete, sem dúvida, à trajetória de vida percorrida por Gramsci que, da ilha da Sardenha e das regiões

empobrecidas da Itália do Sul, sem desvincular-se de suas raízes, passa a atuar como militante político e intelectual das classes trabalhadoras e populares nos centros fervilhantes do Norte, onde se traçavam os destinos da Europa. Mas, nas entrelinhas dessas páginas afloram também as perspectivas interpretativas das classes subalternizadas do Sul global, dos países periféricos e subjugados que, hoje, em sintonia com Gramsci, fermentam em suas lutas o questionamento da ordem colonial e se insurgem contra o sistema destrutivo imposto pelos países centrais situados em sua maioria no hemisfério Norte. Desta forma, as vértebras fundamentais do pensamento de Gramsci, sintetizadas nesse livro, permitem entender melhor as metamorfoses atuais do capitalismo e combater as novas versões de nazifascismo que despontam no mundo e assombram o Brasil.

Apresentada como introdução, o enredo de assuntos reunidos nesse livro não vira atalho e simplificação para dispensar o labor do estudo, mas é uma caixa de ferramentas que oferece instrumentos básicos para se orientar nos túneis da mina escavada por Gramsci, sem perder os pontos principais de referência que inervam o conjunto de uma obra que impressiona pela extensão e as ramificações. Ao elaborar, portanto, este pequeno tratado de ciência política, que junta riqueza de conteúdo com arte da concisão,

objetividade e clareza, Aliaga torna a leitura frutuosa e agradável e explana uma pista de decolagem para quem quiser alçar voos de amplo respiro, prosseguindo nos caminhos fascinantes descortinados por Gramsci e se municiando nas batalhas para construir uma civilização digna desse nome.

Giovanni Semeraro

Universidade Federal Fluminense (UFF)